

Acção Socialista

Nº 1216 - 24 Março 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



ASSIM NÃO DR. DURÃO

MERECEMOS
UM PORTUGAL
MELHOR.



ASSIM NÃO,
DR. DURÃO.

Portugal está hoje mais longe da Europa e os portugueses mais pobres. O Governo de direita está a falhar em toda a linha: no investimento nas pessoas, no desenvolvimento tecnológico, no emprego e na recuperação económica, no combate à fome e à pobreza. Passamos pela vergonha de ser o país que concebeu a Estratégia de Lisboa, hoje a pedra de toque de todas as políticas da União Europeia, e agora sermos quem pior aplica os seus objectivos. Barroso e Portas arrastaram o país na mentira de uma guerra com o argumento de acabar com armas

de destruição maciça que afinal não existiam, deixando o mundo mais perigoso e inseguro. No próximo dia 13 de Junho haverá eleições para o Parlamento Europeu, às quais o PS se apresenta com uma lista de grande qualidade. É fundamental que todos os portugueses votem no Partido Socialista, porque é o único que pode vencer a direita e assim dar início a um ciclo eleitoral que leve à derrota nas urnas de uma coligação que tem feito regredir o país de forma inaceitável. É preciso gritar bem alto: "Assim Não, Dr. Durão".

3

PARLAMENTO

PS confrontou Durão com dois anos de promessas por cumprir

4 e 5

EUROPEIAS

Campanha socialista já está em marcha

15

ESPAÑA

PSOE vence eleições legislativas

14

ENTREVISTA

Sérgio Sousa Pinto: votar para fortalecer a democracia e combater os extremismos

12



Venha mostrar os seus 50 por cento de
responsabilidade na construção do futuro da Europa

Participe, de igual para igual, nos debates
"Europa: O nosso espaço comum" nas Federações do PS

Mulheres
Socialistas

OS RESULTADOS ESTÃO À VISTA

1. E, como se fosse inesperada, a fome regressou à agenda da Comunicação Social portuguesa. Vinte anos depois, os jornais tornam a falar da fome. Pelo menos 200 mil pessoas estarão em situação de profunda privação, o último ano (de 2003) agravou enormemente as dificuldades. Dizem-no os especialistas, dizem-no as organizações não governamentais, dizem-no as redes de solidariedade.

Mas dizem mais. Apontam o dedo à crise económica e à escalada do desemprego: 200 novos desempregados por dia, mais 120 mil desde que o actual Governo tomou posse, aproximamo-nos do meio milhão de desempregados. Aí está com toda a evidência o que acontece quando o abrandamento da economia é acompanhado por políticas financeiras e orçamentais restritivas, em vez de ser combatido com políticas de estímulo ao investimento e à criação de riqueza e postos de trabalho.

E os protagonistas mais qualificados das redes solidárias dizem ainda mais. Apontam também o dedo ao retrocesso nas políticas sociais: os atrasos de meses no processamento do rendimento mínimo garantido, que, agora que passou a ser chamado de inserção, perdeu precisamente a dimensão essencial da inserção; a menorização da luta contra a pobreza e a exclusão; o discurso político contra as supostas regalias, em vez de ser pela defesa dos direitos; o desinvestimento nas políticas de formação e emprego. "Este Governo está contra os pobres", resumiu lapidarmente o sacerdote católico que lidera uma das principais organizações de solidariedade social.

Querem alguns fazer-nos crer que a "retoma" já chegou, querem outros, ou os mesmos, insinuar que essa coisa do "social" é um tique do passado. Que engano! Nunca como agora a questão social, a questão da desigualdade social, a necessidade de recolocar a inserção e a coesão social na ordem do dia foram tão centrais para o combate político democrático, nunca como agora foi tão actual a bandeira da justiça social! Agora que se multiplicam as informações sobre o crescimento galopante das bolsas de pobreza, a sobreexploração de trabalhadores migrantes caídos nos braços das mafias, os encerramentos de empresas.

A alternativa política que o PS está a construir também passa por aqui: pela revalorização do social, como dimensão-chave da democracia.

2. O problema do país não se reduz à crise económica e social.

Agravando a crise da economia, minando a confiança das famílias, retirando crédito às instituições, persiste a sina que acompanha o Governo desde o seu primeiro dia: a falta de credibilidade pessoal e política do primeiro-ministro. Como o PS cabalmente demonstrou, na interpelação parlamentar da passada semana, e neste número do jornal fica recordado, Durão Barroso falta repetidamente aos compromissos que ele próprio estabelece, nos termos e prazos que prefere. Esquece o que disse ou faz o contrário do que prometeu. Prometeu baixa de impostos, aumentou-os; prometeu crescimento da economia, o PIB caiu 1,3 por cento no ano passado, vivemos a pior crise de há muito tempo; acabava com a lista de espera para operações, ela aumentou; e poderíamos continuar indefinidamente. Envolveu-se e envolveu-nos a todos, entretanto, na aventura da invasão do Iraque, argumentando com umas tais armas de destruição maciça que ninguém consegue descobrir e arrastando-nos para fora do direito internacional à custa de uma mentira.

O problema político principal do país tem um nome claro: é a falta de credibilidade do primeiro-ministro e do seu Governo.

3. No domingo passado, Durão Barroso escolheu uma realização partidária, o encontro dos TSD, para anunciar ao país que os funcionários públicos teriam aumentos salariais reais já em 2005. Assim se vai desmascarando. Mas convém estar muito atento.

Convém que denunciemos desde já publicamente o duplo ardil da política económica e financeira da direita. Em 2002, 2003, 2004, maquilhagem do défice por recurso a receitas extraordinárias, parte das quais, como a titularização das dívidas fiscais, começa agora a saber-se que irá trazer maiores encargos no futuro. O corte no investimento público e o "discurso da tanga" fizeram o resto: qual pescadinha de rabo na boca, a política trava o investimento e diminui os rendimentos, o que faz baixar os impostos, o que faz cair a receita fiscal, o que aumenta a pressão negativa sobre o défice. Recessão, recessão, sem solução de nenhum problema estrutural, sem verdadeira consolidação das contas públicas. Mas eis que se aproximem as eleições e vereis Durão Barroso a rodopiar sobre si próprio e a entrar em festança despesista, para que um cheirinho de retoma e benesses para estes e aqueles permitam colher os votos. Vai-lhe correr mal. Como os espanhóis ainda agora mostraram, há níveis de manipulação e oportunismo que nenhum eleitorado tolera.



AUGUSTO SANTOS SILVA

Augusto Santos Silva

Querem alguns fazer-nos crer que a "retoma" já chegou, querem outros, ou os mesmos, insinuar que essa coisa do "social" é um tique do passado. Que engano!

PERDÓN, MI QUERIDO RAJOY

ANTOONIO COLAÇO

- QUEM É QUE TE AUTORIZOU A VOLTAR A FALAR NA RETOMA?! PARECE QUE NÃO LÊS OS JORNAIS E NÃO ANDAS NA RUA?! OU SERÁ QUE SÓ VÊS O CONTRA-INFORMAÇÃO?!
- MAS... Ó CHEFE, EU SÓ QUERIA AGRADAR...
- AGRADAR O QUÊ, HOMEM! UM DESTES DIAS AINDA VAMOS TODOS PARA O OLHO DA RUA SE CONTINUARMOS A MENTIR AOS PORTUGUESES!
- POIS, POIS! COMO OS ESPANHÓIS ONDE O CHEFE FOI DIZER AO MI QUERIDO MARIANO QUE PODIA CONTAR COM O APOIO DE PORTUGAL E DO PSD...
- CALA-TE COCAS, MALVADO! AH! PERDÃO, DESCULPA, MI MENDESITO!!!



ASSIM NÃO, DR. DURÃO

Para castigar as mentiras de Durão Barroso, as promessas não cumpridas e a incompetência do Governo, os portugueses devem votar PS nas próximas eleições europeias, porque só assim a direita sentirá verdadeiramente o sabor da derrota.

O apelo ao voto útil no PS a par do combate à abstenção, foram duas das linhas-força da intervenção do nosso secretário-geral no seu discurso do passado dia 21, na sessão pública de balanço dos dois anos de Governo de direita, que decorreu no Centro de Congressos de Lisboa, ocasião em que reiterou a sua proposta a favor do prolongamento do horário de funcionamento das mesas de voto.

Na sua intervenção, Ferro Rodrigues saudou a vitória do PSOE e considerou "insultuosas" para o povo espanhol as teses difundidas por sectores da direita, segundo as quais a vitória socialista nas recentes eleições espanholas foi antes a da organização terrorista Al-Qaeda. Por outro lado, defendeu Mário Soares, que em recentes declarações apelou ao diálogo, para lembrar que o fundador do PS "nunca capitulou perante nenhum autoritarismo" e, apesar de "não estarmos sempre de acordo com ele", "os socialistas respeitam, admiram e gostam muito do seu ex-secretário-geral e antigo Presidente da República".

No plano nacional, o líder socialista caracterizou os dois últimos anos de governação como um período de "aumento do desemprego, de crescimento das listas de espera nos hospitais e de cortes nos direitos sociais".

Do ponto de vista económico, "o ano de 2003 não ficará marcado pela existência de um défice de 2,8 por cento, mas pelo decréscimo do Produto Interno Bruto em 1,3 por cento", afirmou, antes de desvalorizar a garantia dada pelo primeiro-ministro de que em 2005 haverá aumento real do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública (ver caixa).

A incompetência e a desinformação, aliados à mentira e à manipulação, foram os alvos centrais das críticas de Ferro, que recordou os falhanços nas listas de espera, a errática gestão da crise dos fogos, o desinvestimento nas pessoas e o abandono da Estratégia de Lisboa.

A terminar afirmou que o PS tem uma equipa para ganhar as europeias, momento que os eleitores vão aproveitar para mostrar o cartão amarelo ao Governo porque os portugueses merecem um País "melhor do que o que temos".

O Governo das três mentiras

O cabeça-de-lista do PS às europeias, Sousa Franco, insurgiu-se contra a "venda ao desbarato do património público" levada a cabo pelo actual Governo, salientando que "as actuais privatizações estão a dar pouca ou nenhuma receita, mas podem estar a servir para grandes negociatas e para a perda de comando de sectores estratégicos da economia".

Na sua intervenção, frequentemente interrompida por aplausos, Sousa Franco acusou o Governo estar a "tentar esvaziar o 25 de Abril e a Constituição",

dando como exemplos as políticas seguidas nas áreas do emprego, saúde, poder local e direitos sociais, e também a proposta de revisão constitucional apresentada pelos partidos da maioria. Lembrou, ainda, que a Lei das Finanças Locais e a Lei de Bases da Segurança Social só foi cumprida pelos governos do PS.

Referindo que uma das "grandes ameaças à democracia" é a "mentira", apontou, a propósito, "três gritantes mentiras" do actual Governo, a primeira das quais foi o "discurso da tanga". É que, frisou, "passados dois anos, pode-se dizer que hoje, sim, é que estamos de tanga".

Também o "discurso da retoma", disse, foi outra mentira, já que o mais recente relatório do INE esclarece que a quebra da produção foi pior do que se calculava. Por outro lado, a "guerra do Iraque" foi apontada pelo cabeça-de-lista do PS às eleições europeias como a "terceira mentira", dado que "assentou na mentira das armas de destruição maciça". Neste contexto, defendeu que as próximas eleições europeias "têm de representar o começo de uma mudança para melhor do país, porque para mal já basta assim", exortando os portugueses a mostrarem "um cartão amarelo com sabor a vermelho" à governação da direita.

O número dois da lista socialista ao PE, António Costa lembrou que o chefe de Governo, em 2002, quando ainda estava na oposição, aproveitou um funeral de um agente da PSP abatido na Amadora para prometer a concessão de subsídios de risco para a polícia.

"Durão Barroso já é primeiro-ministro há dois anos, mas subsídio de risco para os agentes da PSP nem vê-lo", referiu, atribuindo também ao Executivo a responsabilidade pela "demora em oito meses na nomeação de uma direcção para os Serviços de Informações e de Segurança" e por atrasos na reforma das "secretas portuguesas".

"A determinação do PS para combater o terrorismo é total, mas não nos calaremos perante actuações irresponsáveis deste Governo", advertiu o actual líder da bancada socialista.

"Falhanço total", foi como, por sua vez, a candidata do PS ao Parlamento Europeu, Elisa Ferreira, qualificou os dois anos da direita no poder, acusando Durão Barroso



As próximas europeias têm de representar o começo de uma mudança para Portugal e um cartão amarelo ao Governo

de ter "arrastado Portugal para a recessão económica, com uma política que mina as condições mínimas para um desenvolvimento sustentado do país". Passados dois anos, "o balanço é desastroso, a equipa governamental é medíocre e os objectivos são difusos", disse, acrescentando que "Portugal caminha sem rumo, com o 'grande sucesso' da política de combate ao défice a ser feito à custa da venda de mais activos nacionais e maus negócios em tempo de saldo". Perante esta "política de covardia, de mentira e de passa-culpas", Elisa Ferreira defendeu ser necessário que o PS receba do eleitorado "um mandato inequívoco", de forma a "reforçar os ideais de paz e de democracia social e económica".

Mobilizar para vencer as europeias

Por sua vez, o camarada Jorge Coelho apelou à "mobilização" de todos os socialistas, de forma a que o PS vença as próximas eleições europeias, que considerou "um passo de gigante" para ganhar as legislativas, numa intervenção em que acusou Durão Barroso de ser "o grande responsável" por uma "política neoliberal, fria e tecnocrática" com graves consequências no plano social. Entre o rol de críticas ao Governo, Jorge Coelho manifestou-se contra a "desregulamentação total" que está a ser

seguida na área da saúde, "criando portugueses de primeira e de segunda e aumentando as listas de espera", e acusou o Executivo de perseguir os trabalhadores que caem no desemprego, retirando-lhes direitos.

Salientando ser "absurdo" que Durão Barroso "continue a desculpar-se com o passado, numa tentativa de manipular a verdade", o deputado socialista aconselhou o primeiro-ministro a arrear caminho e a pôr os olhos no que "aconteceu em Espanha com o seu amigo e correligionário Aznar".

Já Manuel Alegre desafiou a direcção do PS a recusar apelos à unidade nacional, defendendo que os socialistas devem recusar lógicas do "politicamente correcto", numa intervenção que mereceu forte ovação.

Numa referência à actual situação internacional, Alegre referiu que o Executivo PSD/CDS-PP "quer agora unidade nacional, tal como Oliveira Salazar a queria no passado". "Mas este Governo degradou a imagem de Portugal no mundo, que tinha sido reconstruída com a revolução de 25 de Abril de 1974, tornando o país numa espécie de Porto Rico da Administração de George W. Bush", acusou.

O deputado José Sócrates fez um ataque à figura do chefe de Governo, sustentando que a "questão central da vida política nacional é a credibilidade e a palavra de Durão Barroso".

"Será que se pode confiar num primeiro-ministro que não cumpriu as suas promessas de promover um choque fiscal e acabar com as listas de espera", perguntou, antes de comentar com ironia o slogan do Governo "Portugal em acção". "Com meio milhão de desempregados, as falências a aumentarem e os retrocessos na educação, na saúde e no ambiente, falar-se de Portugal em acção só pode ser humor negro", referiu o parlamentar albacastrense

"Uma nódoa" foi a expressão usada por Sónia Fertuzinhos para descrever o actual Governo e a sua actividade ao longo de dois anos, lembrando que Durão Barroso nem foi capaz de usar o tempo de antena para fazer um balanço, preferindo fugir aos crus números da crise económica. Depois de sublinhar a ideia de que as promessas de rigor e de mudança apenas materializaram a diminuição de direitos sociais para homens e mulheres, a deputada do PS lembrou que "não há progresso com discriminação" de género.

Nas políticas para a juventude Jâmila Madeira frisou que "nada ficou por cumprir porque, simplesmente, nada foi prometido, tal a negligência em que o Governo tem votado o futuro de Portugal". Quanto aos propagandeados sinais de retoma, a líder da JS apenas confessou vislumbrar os do cavacismo, acusando o Governo de "esmagar todas as flores de esperança", com o dramático aumento do desemprego, especialmente entre os jovens licenciados, problema para o qual a Juventude Socialista vai apresentar um projecto de resolução no Parlamento.

Já Joaquim Raposo, presidente da FAUL, defendeu que "a demagogia de Durão e Portas deve ser punida nas próximas eleições europeias, não com um cartão amarelo, mas sim com dois jogos de suspensão", ao mesmo tempo que lembrou algumas das "demagógicas promessas" feitas pelo actual primeiro-ministro no concelho da Amadora na última campanha eleitoral para as legislativas.

FERRO INDIGNADO COM FOME EM PORTUGAL

Ferro Rodrigues manifestou-se "estupefacto" com o número revelado pela imprensa nacional de 200 mil portugueses a passarem fome, dois anos passados sobre a criação e implementação de um instrumento fundamental de combate à pobreza e à exclusão que a direita neutralizou, como foi o Rendimento Mínimo Garantido.

Neste contexto, o líder socialista defendeu categoricamente o retorno a um Portugal mais solidário, convidando os apoiantes de todos os quadrantes políticos a indignarem-se

com esta situação inaceitável.

Por outro lado, reagindo à mais recente promessa de Durão Barroso de aumento de salários reais na Função Pública para o próximo ano, Ferro explicou que "para que os trabalhadores da Administração Pública não percam poder de compra face à altura em que este Governo entrou em funções", é preciso que os aumentos em 2005 cubram os anos de 2004 e 2003. "Ficamos à espera de aumentos de 8, 9 ou 10 por cento, senhor primeiro-ministro", desafiou.

Interpelação do PS ao Governo

18 de Março de 2004

Distritos

AVEIRO DEPUTADO AFONSO CANDAL:

Vou citar o Dr. Durão Barroso, em Setembro de 2001: "O IC 1 vai ser construído a ponte de Estarreja." "O momento é de escolher a melhor solução e por isso estou solidário, atento e a trabalhar com todos vós, para conseguirmos que os erros do Governo se corrijam em nome do interesse público". Esta promessa foi aplaudida em manifestação pelos hoje Ministros Paulo Portas e Marques Mendes. Para cumprir tal promessa propuseram-se construir, em Estarreja, a maior ponte do País, a seguir à Vasco da Gama o que faz corar de vergonha o Presidente da Assembleia Municipal e Ministro da Economia. Onde está a ponte Sr. Primeiro-ministro?

BEJA DEPUTADO LUÍS MIRANDA:

Em Junho de 2002, o Senhor Primeiro-ministro garantiu que o Aeroporto de Beja iria ser utilizado pela aviação civil, a partir de 2003. Neste Plenário reconheceu, em Outubro de 2003, ter havido alguns atrasos, mas previu que a abertura ao tráfego para Junho de 2004. Estávamos no Outono de 2003. Estamos a entrar na Primavera de 2004. Para quando, em vez disto [foto de um sobreiro na planície alentejana], a fotografia de um aeroporto nesta paisagem?

BRAGANÇA DEPUTADO MOTA ANDRADE:

Em Março de 2002, o Primeiro-ministro prometeu: "Sem criar mais Institutos o Governo do PSD/PP vai transferir para o interior alguma massa crítica da nossa administração". Em dois anos provou-se o contrário: extinção, transferência ou paralisação de serviços (Delegação dos Assuntos Consulares, Direcção Comercial dos CTT; Centro de Área Educativa; Delegação Regional da RTP; Escola de Formação de Bombeiros; Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, etc.) O Primeiro-ministro prometeu. Bragança pergunta: Quando cumpre?

CASTELO BRANCO DEPUTADO FERNANDO SERRASQUEIRO:

O Dr. Durão Barroso assumiu, em Idanha, o compromisso de defesa do interior, afirmando: "como futuro líder do Governo de Portugal, assumo convosco o compromisso da construção do IC31, uma obra fundamental para desenterrar este Concelho, para que ele possa tirar todo o partido do seu extraordinário potencial turístico, cultural, económico e agrícola". Em Novembro de 2003 o PS propôs a inclusão dessa promessa no PIDDAC. A maioria chumbou. O Concelho continua encravado. Até quando Sr. Primeiro-ministro?!

COIMBRA DEPUTADO FAUSTO CORREIA:

Em comunicação ao país, pela televisão e em horário nobre, o Primeiro-ministro anunciou, em Julho de 2002, entre outras obras inadiáveis, o arranque da construção da Variante da Foz de Arouce, na EN 236, permitindo, assim, a adequada, porque mais rápida e mais directa, ligação rodoviária da Lousã à Estrada da Beira. O Primeiro-ministro prometeu. Onde está a variante que ninguém a vê?

ÉVORA DEPUTADO CAPOULAS SANTOS:

O Senhor Primeiro-ministro fez 25 promessas concretas aos cidadãos do Distrito de Évora. Lembrou-lhe algumas: conclusão do lanço S. Manços-Estremoz do IP2; Modernização da linha-férrea entre Évora e Lisboa; Construção da linha-férrea Sines-Évora-Espanha; Construção de um Hospital com alto grau de diferenciação em Évora. Dois anos depois nem uma única foi cumprida. O Primeiro-ministro prometeu. Quando vai honrar a sua palavra?

GUARDA DEPUTADO FERNANDO CABRAL:

O Dr. Durão Barroso afirmou na Guarda que, quando o PSD fosse poder, daria incentivos aos técnicos para irem trabalhar para o interior. Disse mesmo: "defendo uma discriminação positiva em termos fiscais (...) também em IRS, (...) para quadros que se venham aqui fixar. Por exemplo, um médico que venha para aqui, é justo que o Estado lhe dê incentivos fiscais..." Dois anos depois, a falta de médicos é tal que tem levado ao encerramento da maternidade do Hospital da Guarda. O Primeiro-ministro prometeu. A Guarda pergunta onde estão os incentivos, Senhor Primeiro-ministro?

LEIRIA DEPUTADO JOSÉ MIGUEL MEDEIROS:

Em Novembro de 2001 o Dr. Durão Barroso prometeu, na Batalha, que quando fosse Primeiro-ministro avançaria de imediato com a construção da variante ao Mosteiro, na estrada nacional n.º 1. Já lá vão dois anos Sr. Primeiro-ministro e a obra ainda não começou. Pergunto-lhe: Pensa cumprir a sua palavra ou tratou-se apenas de mais uma promessa?

PORTALEGRE DEPUTADO MIRANDA CALHA:

O Sr. Primeiro-ministro reuniu o Governo em Fronteira, no Distrito de Portalegre, em Abril de 2003. Prometeu, na circunstância, o IC13 e a Barragem do Pisão. Nada aconteceu até agora. As promessas estão por cumprir. Até quando Sr. Primeiro-ministro?

PORTO DEPUTADO RENATO SAMPAIO:

Na oposição o Dr. Durão Barroso e referindo-se à Rede de Alta Velocidade, afirmava: "No caso de se chegar a conclusão que melhor é de facto haver duas ligações a Madrid, uma de Lisboa e outra do Porto, então haverá que como condição mínima, garantir-se que elas avancem simultaneamente". Agora, a rede apresentada pelo Governo e as últimas notícias desmentem aquela afirmação. Pergunto: A simultaneidade é para manter? ou o Porto fica de fora da ligação directa a Madrid?

VIANA DO CASTELO DEPUTADO FERNANDO CABODEIRA:

O Dr. Durão Barroso prometeu na campanha eleitoral, entre outras coisas, a ligação da A3 a Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira e a continuidade do IC1 de Viana até Valença. Dois anos depois tudo está parado e o o que temos são diferendos entre os Ministérios do Ambiente e das Obras Públicas. Para quando o cumprimento desta promessa?

VILA REAL DEPUTADO ASCENSO SIMÕES:

O Sr. Primeiro-ministro anunciou que as obrigações do Estado, para com a Casa do Douro, deveriam fazer com que o Ministério das Finanças liquidasse uma dívida de cerca de 11 milhões de contos. O Dr. Durão Barroso foi recebido em ombros na cidade da Régua, onde reafirmou o seu compromisso de saldar essa dívida que considerou como dívida aos viticultores. Para quando, Senhor Primeiro-ministro, a satisfação dos compromissos assumidos?

VISEU DEPUTADO MIGUEL GINESTAL:

Durante a campanha eleitoral, o Dr. Durão Barroso disse que não queria o Instituto Universitário Público de Viseu, então em vias de para promulgação, e prometeu uma Universidade Pública de raiz. De facto, destruiu o Instituto. Dois anos depois os deputados do PSD querem transferir para Viseu a Universidade Aberta; o Presidente da Câmara de Viseu anunciou não uma, mas duas Universidades, a Ministra do Ensino Superior afirmou, aqui, que não tinha nenhuma proposta em cima da mesa. Neste desnorte, para quando a Universidade, Sr. Primeiro-ministro?

MADEIRA DEPUTADO MAXIMIANO MARTINS:

Na campanha eleitoral o Dr. Durão Barroso assumiu o compromisso de reconhecer o direito de voto, nas eleições regionais, aos residentes no estrangeiro. Os Açores apresentaram a proposta de alteração da lei eleitoral e a maioria anunciou que vota contra. Na Madeira recusam-se, pura e simplesmente, a mudar a lei eleitoral. Como e quando vai cumprir o compromisso assumido?

Áreas

AMBIENTE DEPUTADO PEDRO SILVA PEREIRA:

No debate da campanha eleitoral na SIC, com o Dr. Ferro Rodrigues, a 26 de Fevereiro de 2002, o Dr. Durão Barroso disse que tinha uma alternativa para a co-incineração e afirmou: "Nós vamos voltar ao processo que estava em curso", que era a incineração dedicada. Dois anos depois, o Primeiro Ministro não só abandonou a co-incineração, como abandonou também a incineração dedicada, deixando o País sem solução para os resíduos industriais perigosos. A pergunta é: porque é que o Dr. Durão Barroso não está a cumprir o que prometeu?

EDUCAÇÃO DEPUTADA ROSALINA MARTINS:

O Senhor Primeiro-ministro afirma, desde 2000, que é necessário um programa de emergência para o ensino da matemática e das ciências. Reafirmou-o na campanha eleitoral e no programa do governo. Mas, até agora, o que fez foi diminuir o peso da formação científica no Ensino Secundário, e deixar cair o programa Ciência Viva, que assegurava a divulgação científica nas escolas. Como é possível, Sr. Primeiro-ministro, estar a fazer exactamente o contrário do que prometeu?

EMIGRAÇÃO DEPUTADO CARLOS LUÍS:

O Dr. Durão Barroso prometeu às Comunidades Portuguesas apostar na valorização da cultura e da língua portuguesas. Em vez disso, cortou 67% no orçamento, fechou dezenas de cursos, despediu centenas de professores, deixou sem aulas milhares de alunos. Foram encerradas cátedras e dezenas de leituras. Como pode dar esta machadada na nossa cultura e na nossa língua?

SAÚDE DEPUTADO LUÍS CARITO:

O Dr. Durão Barroso prometeu, em campanha eleitoral e em debates televisivos, que, em dois anos, acabava com as listas de espera nos nossos hospitais. Dois anos depois a situação agravou-se. As listas de espera atigem hoje mais de 140.000 pessoas. Este rotundo falhanço é indesculpável! Diga-nos, Sr. Primeiro-ministro, o que vai fazer para resolver este problema e cumprir a promessa feita aos portugueses.

SEGURANÇA DEPUTADO VITALINO CANAS:

No dia 4 de Fevereiro de 2002 foi brutalmente assassinado, na Amadora, o agente da PSP, Felisberto Silva. Dois dias depois, numa manifestação condenável de aproveitamento, dizia o então candidato a Primeiro-ministro, Durão Barroso, sobre o subsídio de risco para os agentes da PSP: "Apresentámos essa proposta na Assembleia da República. Vamos com certeza pagar o subsídio, é um dos nossos compromissos". Onde está o subsídio de risco da PSP, Senhor Primeiro-ministro?

LEMBRA-SE?!

SR. PRIMEIRO-MINISTRO



INTERPELAÇÃO DO PS AO GOVERNO

MERECEMOS UM PORTUGAL MELHOR

Arrasador, o PS atacou em toda a linha a má governação da direita, confrontando o primeiro-ministro com 19 perguntas que constituíram provas de incompetência e de incumprimento de todas as promessas eleitorais feitas há dois anos. Durão Barroso, mais interessado nas celebrações mediáticas do que nos assuntos parlamentares, deixou o hemiciclo e entregou às habilidades retóricas do ministro Marques Mendes que, sem argumentos, não respondeu, pois não poderia justificar o injustificável.

Nesta batalha ganha pelos socialistas, registam-se duas baixas essenciais na coligação: a credibilidade do primeiro-ministro e a competência do Governo.

O falhanço é evidente. Durão Barroso não cumpriu nenhum dos compromissos nem concretizou nenhum dos objectivos assumidos, deixando cair no esquecimento as promessas da campanha eleitoral, no arrogante conforto de uma maioria parlamentar de direita. Dois anos volvidos, "o país está farto de um Governo que se esconde e se desculpa com o passado".

Ferro Rodrigues aconselhou mesmo o primeiro-ministro a olhar para a vizinha Espanha, porque, "quando se vota, volta a surgir a esperança" e "ninguém se deve abster de vos obrigar a mudar" porque "os portugueses merecem um Portugal melhor".

"O país sem dúvida que precisa de novos protagonistas políticos em várias áreas da governação. É verdade. Mas, para além da remodelação de pessoas, aquilo que Portugal precisa mesmo é de uma remodelação da agenda política e da agenda económica", defendeu o líder socialista no discurso de abertura da interpegação do PS ao Executivo, onde desmontou aquilo que qualificou como o "embuste eleitoral" de Durão Barroso. A espiral de erros cometidos pelo Executivo de coligação PSD/CDS-PP abrangem domínios como o emprego, a saúde, as políticas sociais, as áreas económicas e financeiras, o investimento público, as obras públicas e teve o seu clímax na Cimeira das Lajes que, lembrou Ferro, "abriu as portas a uma guerra que trouxe mais insegurança e mais terrorismo".

O secretário-geral desmontou a estratégia de culpar sempre o antecessor, sublinhando que "com uma maioria clara na Assembleia da República, se falharam é porque não são capazes de fazer melhor". Por isso, acrescentou, "é preciso falar verdade. É preciso prometer apenas o que sabemos poder cumprir e é preciso entender que se acenar sempre com amanhã que cantam, será o principal responsável pelas amarguras do dia seguinte".

Para Ferro Rodrigues, a "gestão catastrófica" da direita, minada por ministros e secretários de Estado incompetentes, será avaliada e penalizada nas urnas, quando os portugueses somarem ao crescimento de 60 por cento de desemprego, o aumento das listas de espera, a erosão das solidariedade social, o desinvestimento, a paralisia das obras públicas, a divergência com a média europeia, o aumento da carga fiscal sem consolidação das contas públicas, o défice ardiloso e seis trimestres consecutivos de recessão. Ao reiterar que o primeiro-ministro se deixou obcecar pelo défice, o líder do PS aconselhou Durão Barroso a aprender com as lições recentes dos seus amigos do PP espanhol, que "tiveram uma resposta clara a manipulação e à arrogância".

Portanto, para Ferro Rodrigues, a direita comemora assim dois anos de "querer, poder e mandar", o poder de "nomear e destituir", mas não o desenvolvimento nem o crescimento do país. E tal é a arrogância cega que o primeiro-ministro de Portugal não aceito o repto de debater com a oposição, em situação regimental menos favorável do que aquela a que está habituado nos debates mensais da Assembleia da República, preferindo exibir-se em entrevistas televisivas, atitude pela qual mereceu a crítica e o lamento do PS.

Credibilidade de Durão arrasada

No encerramento da interpegação, o presidente da bancada socialista reconheceu as qualidades oratórias do ministro dos Assuntos Parlamentares, para sublinhar que pior do que as engenhosas e frustradas evasivas de Marques Mendes era mesmo a ausência do chefe do Executivo "que não quis comparecer no plenário para, cara a cara, responder pelos seus compromissos". Depois de "prometer tudo a quase



Com uma maioria clara no Parlamento, se falharam é porque não sabem fazer melhor

todos", Durão Barroso "não cumpriu nada a quase nenhuns", acusou, sentenciando "a credibilidade do primeiro-ministro sai desta interpegação completamente arrasada".

Na opinião do líder parlamentar do PS, ter fugido de ouvir a oposição não poupará Barroso de ter de ouvir os portugueses nos próximos actos eleitorais, porque "o Governo é mau, os ministros são maus e os secretários de Estado são péssimos".

António Costa chegou mesmo a elogiar a "missão de sacrifício" do ministro dos Assuntos Parlamentares, lembrando que durante a governação socialista também exercera as referidas funções governativas e que nesse período nunca sentira tais dificuldades, rematando que "com um primeiro-ministro destes, ninguém pode evitar uma derrota política".

As alegações de Marques Mendes de que o que não está feito está pelo menos em curso, Costa respondeu com duas imagens. A primeira, cedida há alguns meses pelo "Acção Socialista", mostra um chaparro numa seara alentejana onde deveria estar já construído o aeroporto civil de Beja. A outra, tirada pelo

deputado Luís Miranda, dias antes do plenário, exibiu a mesma paisagem, onde prometida infra-estrutura aeroportuária continua a ser uma miragem.

O preço da manipulação e da mentira

Mas a ofensiva socialista teve uma segunda frente com a intervenção de Jorge Coelho, que centrou as suas críticas nos constantes ataques da maioria contra a governação do PS, revela "uma tentativa de manipular a verdade", lembrando que a atitude idêntica "custou muito ao PP espanhol". Do alto da tribuna, Jorge Coelho criticou severamente o discurso mentiroso do Governo, lembrando que a sistemática ocultação da verdade e as recorrentes tentativas de "enganar a opinião pública não é o caminho".

O PS não se cala perante a mentira, garantiu, reafirmando ainda a sua convicção de que os eleitores estão atentos, e que isto pode resultar no "entero político" de Durão.

Para o dirigente socialista, o discurso da "retorna" do Governo está completamente desfasado da realidade nacional,

reveladora de um "falhanço político completo".

Já o deputado José Sócrates secundou esta ideia central que caracterizou o balanço de dois anos de desgovernação de coligação afirmando que, em vez de estar a arrumar a casa, o Executivo "arrumou em casa meio milhão de portugueses" desempregados.

Em resposta a isto e depois de ser confrontado com uma bateria de 19 questões concretas e multisectoriais relativas ao trabalho não desenvolvido pela equipa governativa azul-laranja, coube ao ministro Marques Mendes dar a cara por Durão Barroso.

O ministro dos Assuntos Parlamentares ainda tentou salvar a face do Governo, mas cedo ficou sem argumentos perante um vasto e diversificado conjunto de perguntas que englobavam desde as promessas de construção do IC1, do aeroporto de Beja, da linha férrea e do hospital de Évora, do IC31, de alternativa para a co-incineração, do fim de serviços estatais, dos incentivos para a fixação de médicos no interior, do subsídio de risco da PSP, da variante da Foz de Arouce, das listas de espera, do TGV entre Porto e Madrid, do programa de emergência para o ensino da matemática, do IC13 e da barragem do Pisão, da Casa do Douro, da Universidade de Viseu, até ao corte de 67 por cento no orçamento para o ensino de português no estrangeiro.

Recorreu então a novas promessas de finalização desta ou daquela promessa até ao fim do mandato. Mais tarde, soterrado em perguntas, acabou por desistir de explicar caso por caso, ficando-se pela reprodução do conhecido discurso de evasão e por acusações gerais de eles "querem mais despesa".



Zero promessas cumpridas ao longo dos primeiros dois anos do Governo PSD/PP

DIA INTERNACIONAL DA MULHER

MAIORIA DE DIREITA PROMOVE DESIGUALDADE

O Governo não só não combate os estereótipos que estão na base da desigualdade entre as mulheres e os homens como os promove. Esta a acusação lançada no hemiciclo de S. Bento por Sónia Furtuzinhos, para quem “a coligação é quem mais ordena, mesmo perante a humilhação pública das portuguesas nas perseguições, inquéritos, acusações e julgamentos que decorrem da aplicação da lei do aborto que a maioria impede que seja alterada.”

A deputada do PS e presidente do Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMPS) falava, no Parlamento, no período de antes da ordem do dia, no passado dia 10, numa declaração política sobre o Dia Internacional da Mulher, ocasião em que apontou exemplos demonstrativos da atitude apática da direita perante os direitos das mulheres.

“Nestes tempos de crise as mulheres têm sido o rosto do inconformismo”, sublinhou Sónia Furtuzinhos, apontando para o facto do Governo retribuir esta atitude lutadora com a extinção do programa Inovar, um projecto que, entre outras coisas, permitiu formar agentes de segurança na área da violência



O novo Código de Trabalho prejudica as mulheres porque lhes retira direitos

doméstica, criar espaços de atendimento às vítimas deste flagelo nas esquadras, e incluir problemática nos currículos dos

cursos de formação dos agentes. Também, segundo a deputada, com o novo enquadramento legal para o

trabalho a população activa feminina é prejudicada. “São-lhe retirados direitos” e “grande parte do que diz

respeito à promoção da igualdade de género é remetido para regulamentação e não consta como princípio estruturante do Código”, declarou a presidente do DNMS para quem “todas as medidas que tentarem contrariar a evolução da participação das mulheres na sociedade só servem para fragilizar e comprometer o desenvolvimento e a coesão social”.

Relativamente à proposta de Lei de Bases da Família, presentemente em discussão na Comissão Parlamentar de Trabalho, Sónia Furtuzinhos responsabilizou o PSD por, “amarrado ao conservadorismo” do CDS-PP, “alinhar na ideia de criar as condições sociais que remetam as mulheres para os cuidados à família e os homens para a garantia do sustento familiar”.

“Este Governo e maioria de direita não têm soluções adequadas para os problemas do dia-a-dia das pessoas, das famílias e das mulheres em particular, a recente posição sobre a despenalização do aborto acaba com quaisquer dúvidas”, rematou, para reiterar de seguida que “a participação equilibrada das mulheres e dos homens é um critério da democracia”.

M.R.

JORGE COELHO VOLTA A COORDENAR AUTÁRQUICAS

A condução do pelouro autárquico do PS está novamente nas mãos de Jorge Coelho que se afastara destas funções por motivos de saúde, tendo sido substituído por Maria de Belém.

Agora, por iniciativa da antiga ministra da Saúde, que mereceu todo o acolhimento de Ferro Rodrigues, o camarada Jorge Coelho, completamente recuperado, reassume a tarefa de organizar o processo tendente ao confronto eleitoral autárquico de 2005.

Maria de Belém não se afastará, porém, do processo autárquico, ficando integrada na equipa de Jorge Coelho que contará também com a participação de António Galamba.



ACESSIBILIDADES PARADAS NO ALTO MINHO

Dois anos após a chegada da direita ao poder, o balanço do que foi feito no sector das acessibilidades no e para o Alto Minho resume-se a um conjunto de interrogações. Nada se avançou e tudo permanece à espera. A estratégia do Governo para este sector não passa de remedos de ocasião.

O deputado Fernando Cabodeira interpelou o ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação sobre os investimentos públicos nesta área, em sede da respectiva comissão parlamentar, apontando para a ausência permanente de respostas face a problemas que exigem resolução urgente, como é da manutenção da ponte metálica rodoferroviária sobre o rio Lima – Ponte Eiffel –, em Viana do Castelo.

Recorde-se que, em 24 de Fevereiro, devido à corrosão, partiu-se um cabo de

segurança desta estrutura o que, naturalmente, provocou a preocupação entre as populações e as autoridades locais. Neste contexto, Fernando Cabodeira questionou a tutela sobre o que pretende fazer e para quando, sem esquecer sublinhar as garantias de segurança durante o período em que decorram as inspecções e os estudos para a necessária intervenção. Também o IC1 e o IP9 foram referenciados, numa tentativa do parlamentar, de obter do ministro uma certeza ou um desmentido sobre a futura cobrança de portagens nestas rodovias.

“Algumas entidades ligadas ao Alto Minho têm falado na possível paragem do TGV no distrito de Viana do Castelo”, assinala o deputado, que considerou importante o cabal esclarecimento da credibilidade desta hipótese.

Depois de indagar sobre o que o Governo tem feito relativamente à construção de uma transversal que ligue a A3 (no nó de Sapardos) a Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira, Fernando Cabodeira centrou as suas questões no calendário de execuções.

“Para quando a continuidade do IC28 até à fronteira da Madalena (Lindoso, Ponte da Barca)? Para quando a conclusão do IP9 entre o nó de Nogueira e Ponte de Lima? Para quando os acessos de ligação, do lado português, à ponte internacional Cerveira-Goyan? Para quando a tão prometida beneficiação da EN 101, entre Braga e Monção?”, questionou, lembrando de seguida que “ao IC1, para norte de Viana do Castelo, não foi acrescentado um único centímetro”.

CONTRATO INDIVIDUAL NA FUNÇÃO PÚBLICA

GOVERNO LEGISLA “COM OS PÉS”

A decisão do Tribunal Constitucional (TC) de chumar duas normas do diploma sobre o contrato individual na Função Pública foi saudada com satisfação pelo PS, que acusou o Governo de “legislar com os pés”.

“O Governo tem vindo a legislar com os pés em vez de utilizar a cabeça criando condições para violar os mais elementares princípios de constitucionalidade”, afirmou o deputado socialista Artur Penedos.

O diploma, para o qual o Presidente da República pediu a fiscalização preventiva,

contém inconstitucionalidades por violar “o princípio da proporcionalidade”, de acordo com o parecer do TC.

Além de violar esse princípio, quando determina a nulidade do contrato de trabalho devido à falta de identificação da entidade que autorizou a contratação, foi também considerado contrário à Constituição o facto de o diploma prever a nulidade do contrato celebrado caso falte a autorização da ministra das Finanças, quando estão em causa determinadas remunerações.

Considerando “positivo” o chumbo destas

duas normas, o deputado Artur Penedos lamentou que o Tribunal Constitucional não se tenha manifestado sobre outras matérias que os socialistas consideram “feridas de ilegalidade e inconstitucionalidade”, como o despedimento colectivo ou a cedência ocasional de trabalhadores.

“O PS gostaria que o Governo retirasse desta decisão do TC as devidas consequências e fizesse uma revisão da proposta de lei que apresentou à Assembleia da República sobre o contrato individual da função pública”, considerou Artur Penedos.

ESTADO LAVA AS MÃOS PERANTE DEGRADAÇÃO DOS SERVIÇOS DOS CTT

A "inaceitável" demissão do Estado na defesa da qualidade de um serviço público como os CTT, que tem vindo a "deteriorar-se" acentuadamente desde 2003 com a convivência do regulador Anacom, foi criticada pela deputada do PS Leonor Coutinho, salientando que "só campanhas de marketing intensivas e pagas a peso de ouro permitem camuflar a revolta que a degradação dos serviços postais inspira".

Numa intervenção na Assembleia da República, a parlamentar socialista referiu que, "pela primeira vez, desde que os correios estão sujeitos ao controlo do serviço universal, a qualidade dos serviços postais baixou tão dramaticamente que os CTT não cumpriram, no ano de 2003, as metas de qualidade global de serviço", acrescentando que "seis dos oito parâmetros de qualidade não atingiram os objectivos convencionados entre a empresa e o regulador". E adiantou também que "não foram sequer atingidos os padrões mínimos de qualidade no que respeita aos prazos de entrega das encomendas, não foi respeitada a garantia mínima de distribuição atempada do correio azul e foram ultrapassados os prazos

máximos de espera média nas estações de correio".

Por isso, "os CTT perderam qualidade essencialmente nas áreas que mais afectam a confiança da população, a rede de balcões, e nas áreas com maior futuro e sujeitas à concorrência: as encomendas e o correio prioritário", disse.

Perante este quadro de acelerada "degradação" da qualidade dos serviços prestados, de que é exemplo o facto de as reclamações terem "triplicado" em 2003, Leonor Coutinho alertou que "se esta situação não for rapidamente invertida os CTT correm o risco de deixar de ser uma referência a nível nacional e internacional e de prestar o serviço de qualidade a que habituaram os portugueses".

Por outro lado, face "à intenção dos CTT de fecho ou transferência da gestão de 500 estações, cerca de 200 estações em localidades rurais e cerca de 300 estações médias", a deputada do PS refere que "a actuação dos Estado parece traduzir um completo abandono de qualquer salvaguarda do interesse público".

Com efeito, afirmou, "em final de 2003,



Os CTT deixaram de cumprir as metas de qualidade e os prazos de entrega

por alteração do Contrato de Concessão, os CTT passaram a poder fechar estações de correios sem a anterior dependência de parecer favorável da Anacom".

Assim, acusa Leonor Coutinho, "o Governo lava as mãos, como Pilatos, perante um plano sistemático de redução para metade da rede de estações, deixando delapidar o maior activo dos correios: a sua rede de balcões", permitindo deste modo "a degradação da relação de confiança com os portugueses e as empresas estabelecidas no nosso país".

E sublinha que "esta demissão do Estado ocorre, por ironia, no momento em que a empresa beneficia de uma redução significativa, dos encargos com as pensões dos seus funcionários que decorre da integração do seu fundo na Caixa Geral de Aposentações e a sua assunção pelo Estado".

Face a este quadro, a deputada do PS diz não querer ser "cúmplice desta situação tenebrosa" e reitera que "não é aceitável que o Estado se demita da defesa da qualidade do serviço público".

J. C. CASTELO BRANCO

OPÇÃO DO GOVERNO VAI ACELERAR FALÊNCIAS

As iniciativas legislativas da maioria de alteração ao quadro legal de falência das empresas tende a privilegiar a exactamente a falência como método de resolução das dificuldades. Este o alerta deixado pelo PS na Assembleia da República.

"As opções do Governo vão acelerar as falências, proteger a voracidade dos credores e, inevitavelmente, lançarão para o desemprego cada vez mais trabalhadores", disse Osvaldo Castro, no passado dia 10, durante a discussão, na Assembleia da República, do projecto de lei que estabelece o Estatuto do Administrador da Insolvência.

Depois de saudar o que qualificou como "aflorescimentos da intenção de rigor que se mostra indispensável em área tão melindrosa como a do direito falimentar", o deputado do PS aconselhou o Executivo e a maioria parlamentar que o apoia a mostrarem-se disponíveis para, em sede de especialidade, "acolherem as propostas de correcção e melhoria" da oposição.

É que, segundo o coordenador socialista para a área da Justiça, não podem deixar de ser tidas em conta as legítimas expectativas dos actuais gestores e liquidatários que, quando admitidos, o foram por períodos de cinco anos com hipótese de renovação por mais cinco. Com a substituição destes profissionais pela figura do administrador de insolvência, os socialistas alertam para o contra-senso de fazer depender a avaliação de desempenhos do número de processos executados, uma vez que



a distribuição destes é da competência dos magistrados, mas sem regras aleatórias, "o que, pode, inadvertidamente, gerar ou ter gerado discrepâncias nas legítimas expectativas, designadamente dos liquidatários e gestores há menos tempo na função".

Depois de propor "o reexame" deste aspecto na especialidade, Osvaldo Castro destacou, entre o conjunto de alterações previstas, a criação de uma comissão única, de âmbito nacional, com responsabilidade pela admissão à actividade de administrador da insolvência e pelo controlo do seu exercício, extinguindo-

se as comissões distritais.

"Esta centralização poderá, por um lado, levar ao estrangulamento dos procedimentos, mercê de previsíveis afunilamentos, e, por outro, ao afastamento da realidade concreta do processo falimentar em causa", considerou, alertando ainda para uma eventual perda de independência na actuação da referida comissão, atendendo ao facto de ela estar na dependência do ministro da Justiça e ser coadjuvada por um secretário executivo, nomeado pelo Ministro da Justiça.

M.R.

JORNADAS PARLAMENTARES DO PSI/AÇORES

SOCIALISTAS CRIAM COMISSÃO PARA ASSUNTOS EUROPEUS

Análise e debate de questões relacionadas com a União Europeia e reuniões com diversas entidades e visitas a várias instituições estiveram no centro das IX Jornadas Parlamentares do PS/Açores.

Relativamente às questões europeias, os socialistas açorianos analisaram nestas Jornadas as mudanças que se prevêem na elaboração da legislação a nível comunitário, o que implicará a participação das Assembleias da República e Regional dos Açores.

Assim, dado que as Assembleias Regionais vão ter de ser ouvidas neste caso, o PS/Açores vai ter uma comissão especializada para emitir pareceres.

Das reuniões destacam-se as realizadas com a Junta de Freguesia de Urzelina, Câmaras Municipais de Calheta e Vela, União de Cooperativas e com os Lavradores Jorgenses na Sociedade da Ribeira Seca.

Por seu turno, as visitas à Cooperativa dos Lourais, Escola Básica Integrada do Topo, Secção dos Bombeiros Voluntários do Topo, Porto de Vila da Calheta, Porto da Vila das Velas e Escola Profissional da Ilha de S. Jorge contribuíram para um profundo conhecimento das realidades vividas nestas entidades e sobretudo mostraram um manancial de projectos para o futuro que espelham bem o muito que se tem feito pelo desenvolvimento dos jorgenses, o que constitui um capital de esperança.

Os deputados socialistas regozijaram-se ainda com o empenhamento dos jorgenses no desenvolvimento da sua terra a que o Governo Regional de Carlos César tem dedicado um grande esforço de investimento com vista à qualidade de vida e bem-estar de todos quantos optaram por viver na Ilha de S. Jorge.



A EUROPA ESPAÇO DE JUSTIÇA SOCIAL

O posicionamento do Governo face à invasão do Iraque foi o sinal mais claro do objectivo de enfraquecimento da União e favorecimento do unilateralismo dos Estados Unidos da América

O PS foi sempre responsável pelos momentos de maior progresso do Portugal democrático. Foi assim na consolidação do regime democrático, foi assim na adesão à comunidade europeia e foi assim na adesão à moeda única.

De 1995 a 2001, Portugal conheceu um período de prosperidade económica e progresso social que não teve paralelo em qualquer outra fase da nossa história recente. O Partido Socialista governou o país nesse período e ficará ligado ao maior avanço do nosso país no índice de desenvolvimento humano da OCDE.

A governação socialista fez crescer o emprego e o poder de compra dos portugueses, aumentou a protecção social dos mais desfavorecidos, investiu na educação e na ciência, promovendo políticas que aceleraram a convergência da nossa economia com a média europeia.

O PS contribuiu decisivamente para a estratégia de Lisboa, a grande meta europeia para os próximos anos. Foi a presidência europeia protagonizada pelo Governo do PS, em 2000, que definiu o conhecimento e a qualificação dos recursos humanos como o único modo de garantir um desenvolvimento económico, humano e social compatível com os conceitos que inspiraram a construção da Europa como o mais avançado espaço no mundo, em termos de direitos sociais, económicos e ambientais.

É com estes créditos que o PS se apresentará a votos no próximo mês Junho, denunciando uma governação neo-liberal, enfeudada ideologicamente a um pequeno partido de direita. O desmantelamento do estado social prosseguido pela direita tem trazido desemprego, desprotecção social, definhamento da economia e aprofundamento dos problemas orçamentais, apenas disfarçados com recurso à venda de património público criado ou valorizado pelos governos socialistas.

Os partidos da actual maioria têm vindo a desenvolver uma política internacional anti europeia e contrária aos interesses de Portugal. O posicionamento do Governo face à invasão do Iraque foi o sinal mais claro do objectivo de enfraquecimento da União e favorecimento do unilateralismo dos Estados Unidos da América, que procuram exportar o seu modelo de globalização assente na desregulação dos mercados e em controlar militarmente zonas estratégicas do globo, permitindo às empresas americanas controlar os recursos, sobretudo energéticos, do planeta.

As eleições europeias de Junho de 2004, mais do que uma oportunidade para os portugueses demonstrarem ao governo o seu desacordo com a política prosseguida, são o momento para optar entre um modelo de desenvolvimento europeu, assente num estado forte que assegurem boas condições de educação, saúde e justiça social ou um modelo em que os estados procuram apenas criar condições para a prosperidade dos interesses financeiros e das grandes empresas. Esta opção terá, como já está a ter, consequências directas na vida diária de todos os portugueses.

MINISTRO DO AMBIENTE CRIA IMPASSE DO PROGRAMA POLIS

O PS responsabilizou o ministro do Ambiente, Amílcar Theias, pelo "impasse e estrangulamento financeiro do programa de reabilitação e requalificação urbana Polis", por permitir o adiamento de vários projectos para o próximo QCA, que começa em 2007.

O porta-voz do PS para as questões ambientais, Pedro Silva Pereira, lembrou que "estava previsto um ajustamento das dotações do Programa Polis, através de verbas reservadas", e defendeu que "a notícia do adiamento desses projectos confirma que o ministro não conseguiu financiamento e perdeu no interior do Governo a disputa dessas verbas".

"As razões do adiamento não são apenas financeiras, mas sobretudo políticas", acrescentou, acusando Amílcar Theias de "falta de força política para pôr a funcionar as sociedades Polis e fazer aprovar os planos de pormenor de muitas cidades.

"O PS vai levantar a questão na Assembleia da República e exigir explicações ao ministro do Ambiente sobre este impasse e as suas consequências nos compromissos assumidos junto das populações", adiantou o deputado socialista.

Opinião

FAUL ALERTA

PASSES SOCIAIS EM RISCO

A Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS acusou o Governo de querer "acabar com o sistema de passes sociais" na área metropolitana da capital, alertando a população para o anúncio, por parte das empresas privadas de transportes rodoviários, de que tencionam proibir a utilização de passes sociais nos seus autocarros.

"A posição das empresas de transportes rodoviários de passageiros produz efeitos 90 dias após a sua comunicação, pelo que se torna efectiva a partir de Junho do corrente ano", salientam em comunicado os socialistas de Lisboa.

"As cerca de 400 mil pessoas que utilizam mensalmente passes sociais poderão ser privadas da utilização dos passes sociais ou então sofrer um agravamento significativo dos preços", alerta a federação socialista, reiterando a sua oposição frontal a essa possibilidade, que considera uma penalização da classe média e um "incentivo à utilização de viaturas particulares".

Os socialistas acusam ainda o Governo de coligação de, "já em 2003", ter feito "um ataque público ao passe social, querendo fazer depender a sua atribuição dos rendimentos dos utentes", depois de recordarem que este sistema "foi criado, em 1976, por iniciativa do PS". Assim, "a FAUL do PS exorta o Governo PSD/PP a intervir no sentido de manter os passes sociais e alargar o seu âmbito de utilização, adoptando medidas necessárias para eleger o passe social como um instrumento fundamental na política de transportes".



É preciso salvar antiga Sorefame

A Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) do PS exigiu "medidas imediatas para o sector ferroviário", acusando o Governo de não ter tomado "qualquer iniciativa" para resolver o problema da carteira de encomendas da Bombardier (antiga Sorefame), cujo encerramento foi anunciado pela administração.

A manter-se esta posição, refere a FAUL em comunicado, "a empresa lança no desemprego muitos trabalhadores com as inerentes consequências sociais daí advinentes para os visados, as suas famílias, para o concelho da Amadora e para a região de Lisboa".

A FAUL lembra ainda que "esta situação não é nova", dado que já em 1996 a multinacional Bombardier "deu sinais de fechar a sua unidade fabril da Amadora, o que só não aconteceu graças à intervenção do Governo socialista que adjudicou à empresa os projectos de construção das carruagens da Fertagus, de reconversão das carruagens do Metro de Lisboa e a construção das carruagens do projecto suburbano do Porto-CP 2000".

No comunicado, assinado pelo presidente da FAUL, Joaquim Raposo, é ainda reclamada "uma política de transportes para as grandes áreas metropolitanas centrada no comboio e na dissuasão da utilização do automóvel particular".

PS/GUARDA EXIGE DEMISSÃO

GOVERNADOR CIVIL EM SITUAÇÃO ILEGAL

Após a denúncia pública de que o governador civil da Guarda se encontra há quase dois anos numa situação ilegal por incompatibilidade com as funções de autarca em Aguiar da Beira, a Federação da Guarda exigiu que o Governo esclarecesse se mantinha Joaquim Cândido Ferreira de Lacerda como seu representante no distrito, mas este acabou por suspender o mandato autárquico.

Salientando que incumbe ao governador



civil "impedir, fiscalizar e denunciar, no âmbito das suas competências, situações ilegais que se verificam na pessoa do próprio", os socialistas da Guarda

consideraram que perante esta situação não restava outro caminho que não fosse a demissão.

Para os socialistas da Guarda, "as responsabilidades inerentes ao cargo não são, de modo nenhum, desculpáveis, sejam quais forem os argumentos que venham a ser invocados", e sublinharam que "ninguém pode confiar num titular de cargo público a quem compete fiscalizar o cumprimento da lei quando ele próprio a não cumpre".

Gabinete de

Estudos

www.ge.ps.pt

ANA GOMES EM PENAFIEL

SÃO PRECISAS MAIS MULHERES NA POLÍTICA

Pelo menos 40 por cento de mulheres nas listas das próximas eleições autárquicas e em qualquer órgão do partido, defende Ana Gomes, para quem "esta não é uma questão de quotas mas uma questão de paridade".

A posição da dirigente socialista foi afirmada perante cerca de 250 convivas, no passado dia 13, no habitual jantar-convívio das mulheres do PS de Penafiel para comemorar o Dia Internacional da Mulher.

Embalada pelo elogio no feminino, a candidata do PS ao Parlamento Europeu considerou que "se existissem mais mulheres no governo dos países, a nível mundial, o problema israelo-palestino talvez já estivesse resolvido".

"As mulheres percebem que a resolução dos conflitos passa pelo diálogo e ir ao

fundo das questões", explicou de seguida, insistindo na ideia de que "a humanidade devia mobilizar os talentos das mulheres para resolver estes conflitos".

A candidata socialista não quis também deixar de chamar a atenção para o "ciclo" importante que os socialistas enfrentam com a oportunidade das eleições europeias de 13 de Junho próximo.

"É preciso inverter este plano inclinado em que nós todas estamos, mobilizem as vossas famílias, os vossos maridos, filhos para que se consiga um momento de viragem", disse, apelando ao voto, numa guerra declarada contra a abstenção.

Ana Gomes aproveitou igualmente para apresentar um novo conceito de deputado europeu: "Para não haver desligamento e manter o contacto com as regiões do país, os deputados do PS não vão para Bruxelas

mas vão a Bruxelas e vêm".

A secretária nacional falou ainda do desemprego, da globalização, do "atentado ignóbil" de Madrid, do terrorismo, do aborto, da violência doméstica, da justiça, da "falsa retoma" anunciada pelo Executivo de direita, da paridade das mulheres na política, das eleições europeias.

Satisfeita por estar perante "um PS tão vivo e tão feminino", Ana Gomes concluiu reiterando a sua convicção de que são precisas "mais mulheres na política".

Presentes no jantar-convívio estiveram Luísa Sampaio, presidente da junta de freguesia de Rio Mau, Ana Feijó, do Secretariado distrital do Porto, Rosalina Santos, presidente do Departamento Federativo do Porto das Mulheres Socialistas e a deputada Paula Cristina.

RELATÓRIO DO INE REVELA

PORTUGAL TEVE O PIOR DESEMPENHO DA ÚLTIMA DÉCADA

Portugal está outra vez em recessão técnica. O relatório trimestral do Instituto Nacional de Estatística (INE) confirmando que a nossa economia teve em 2003 o pior desempenho desde 1993 levou o PS a sublinhar que este é mais um sinal da má governação da coligação PSD/PP. "Andámos para trás dois anos", referiu o porta-voz do PS, Vieira da Silva, numa alusão à quebra de 1,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2003, sublinhando ainda o completo falhanço das previsões do Governo, ao lembrar que Durão Barroso esperava em Dezembro passado uma descida de um por cento.

Com esta descida, lembra, o quarto



trimestre de 2003 é "o sexto seguido com quebra do PIB".

As afirmações de Vieira da Silva foram cor-

roboradas por Joel Hasse Ferreira, que sublinhou que o relatório do INE demonstrou que a "crise económica" em 2003 foi "brutal" e "mais grave" do que se esperava, tendo destacado a redução do PIB para "um valor ainda inferior ao de 2001". O deputado socialista classificou também como "extremamente graves" os indicadores que referem que no ano passado se verificou uma descida da procura interna em 2,9 por cento e uma queda de 9,5 por cento no que respeita à formação de capital fixo.

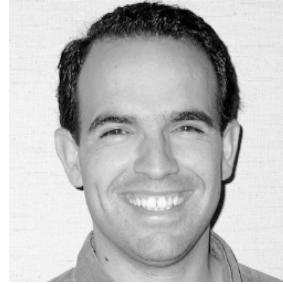
Joel Hasse Ferreira manifestou-se ainda "surpreendido com a gravidade de o investimento ter caído cerca de 10 por cento" no ano passado.



Ferro Rodrigues promoveu nova reunião com reputados economistas no âmbito do processo de revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento, no passado dia 15, em Lisboa, onde participaram António Costa, João Cravinho, José Amaral, Luís Campos Cunha, Teodora Cardoso, José Freire de Sousa, Manuel Pinho, Elisa Ferreira, Joel Hasse Ferreira, Luís Nazaré, Manuel Baganha e Roberto Amaral. Neste encontro foi analisada a situação económica do país, as perspectivas de desenvolvimento para Portugal e as linhas políticas a seguir visando a revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

O País relativo

CARTÃO AMARELO



PEDRO ADÃO E SILVA

Na última semana, o Partido Socialista lançou uma campanha forte, por todo o país, utilizando como metáfora a imagem de um cartão amarelo. Vale a pena discutir as razões que nos levam a mostrar um cartão amarelo, a quem e porquê o devemos fazer nesta altura.

Um cartão amarelo, naquilo que é uma metáfora desportiva, significa uma admoestação forte, mas que permite ao jogador continuar em campo. É, numa altura em que temos o primeiro acto eleitoral depois das legislativas de Março de 2002, isso mesmo que está em causa. O Partido Socialista é favorável à estabilidade governativa e, em momento algum, será

um agente de instabilidade e perturbação institucional. Numa democracia consolidada como a portuguesa, todo o sistema tem a ganhar com o cumprimento das legislaturas por inteiro e o saudável exercício de alternância deve ser feito apenas e só, salvo acontecimentos excepcionais, em eleições legislativas. Contudo, as eleições europeias do próximo Junho, não servindo para mudar o Governo (que goza duma ampla maioria parlamentar), devem servir para obrigar o Governo a mudar de linha de rumo, a mudar de protagonistas, mas, essencialmente, a mudar as políticas. O dr. Durão Barroso já disse, aliás, que mesmo que perca as eleições europeias não irá embora, no que é um claro estímulo adicional para todos os portugueses que são críticos desta governação mas que consideram, e bem, a estabilidade governativa um valor fundamental. As eleições europeias, servindo para discutir a Europa e as nossas opções para o seu futuro, devem servir, por isso, também para dizer: "Dr. Durão, Assim Não". Portugal não pode continuar a ir por este caminho.

Este cartão amarelo é dirigido essencialmente ao primeiro-ministro, Durão Barroso, pois é ele o principal e último responsável pelo autêntico descalabro governativo em curso e pela incompetência do seu Governo. Em democracia não há maus ministros que coexistem com bons primeiros-ministros. Se o Governo é mau é essencialmente porque o primeiro-ministro não é capaz de escolher melhores ministros, não sabe coordenar a acção governativa e, como acontece sistematicamente entre nós, em todos os assuntos complicados, não chama a si a resolução dos problemas, preferindo esconder-se atrás da incompetência dos outros. Um bom primeiro-ministro é capaz de dar a cara e responder aos problemas mais complicados. O dr. Durão Barroso sempre que deveria surgir como referencial de estabilidade e de superação das questões mais complexas esconde-se, revelando a sua incapacidade.

Mas as razões do cartão amarelo não se prendem apenas com a postura do primeiro-ministro e com a sua ausência na resposta aos problemas que as famílias portuguesas enfrentam, prendem-se simultaneamente com as políticas erradas que têm sido seguidas e que têm empurrado o país para as ruas da amargura, para a descrença e para a falta de confiança.

Antes de tudo o mais o desemprego. O desemprego que é, não só, uma forma brutal de diminuição das possibilidades de cidadania para milhares de portugueses – pela diminuição de recursos materiais e pelo seu peso simbólico negativo –, como é também uma ameaça aos próprios alicerces em que assenta a nossa sociedade. O desemprego que aumenta a uma velocidade estonteante, 200 novos desempregados todos os dias que passam, um crescimento de perto de 60 por cento em apenas dois anos, caminhando rapidamente para o meio milhão de desempregados, batendo todos os recordes europeus de crescimento. E essencialmente um crescimento do desemprego face ao qual o Governo revela uma total incapacidade de dar resposta, de contrariar. Um crescimento do desemprego de que este Governo é também responsável, pelo discurso da tanga que deu cabo da confiança dos agentes económicos e pela obsessão do défice que deu cabo da economia.

Mas um Governo que se deixou obcecar pelo défice merece também um cartão amarelo. Um Governo que inventou um número artificial de 2,8 por cento para propaganda interna e para consumo externo e que, para tal, vendeu a preços de saldo activos do país e, contrariamente ao que apregoa, não realizou nenhuma consolidação orçamental, colocando o défice real em 5 por cento. Um Governo que falhou até naquilo que era o seu principal compromisso e que em nome desse compromisso deu cabo de tudo o resto.

Um primeiro-ministro que fala todos os dias dum retorno que nenhuma família portuguesa conhece. À retoma anunciada em palavras, aquilo que os portugueses têm para oferecer é aumento de preços, congelamento de salários e perda de poder de compra. Um primeiro-ministro que nos envolveu numa guerra ilegítima, desnecessária e que assentou numa mentira – a existência das famigeradas armas de destruição maciça – e que em lugar de tornar o mundo mais seguro, tem contribuído para o aumento da insegurança. Um primeiro-ministro que prometeu acabar com as listas de espera na saúde em dois anos e que, em lugar disso, as fez aumentar para 140 mil pessoas. Um primeiro-ministro assim só pode merecer um enorme cartão amarelo.

Mostrar um cartão amarelo em Junho ao dr. Durão Barroso é um primeiro sinal de que com esta política Portugal não pode enfrentar o futuro e, fundamentalmente, uma primeira admoestação para que nas autárquicas possamos mostrar um segundo amarelo, para então sim, nas legislativas, por acumulação de cartões, ou por vermelho directo, mudarmos de Governo para fazer com que Portugal regresse ao futuro.

Breves

DIRIGENTES NACIONAIS

A **dirigente socialista Ana Benavente** participou no dia 15, em Lamego, num colóquio subordinado ao tema "Em busca da qualidade educativa", promovido pelo Sindicato dos Professores da Região Centro, que contou com a participação de cerca de 150 professores. No dia anterior, 14 de Março, Ana Benavente esteve presente em Lamego num jantar de militantes socialistas da área da educação.

FEDERAÇÕES

A **Federação do Porto do PS** condenou "de forma veemente" a condução do processo de escolha de Rui Nunes como presidente da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), acusando o PSD de "corrida despodorada aos lugares de chefia da Administração Pública".

Em comunicado, o PS/Porto considera que "a escolha da personalidade que vai presidir à ERS é no mínimo infeliz", salientando que "independentemente dos méritos pessoais e académicos do escolhido, o facto de se tratar de um dirigente das estruturas do PSD ligadas à saúde cria um conflito de interesses que nos parece insanável".

Os **socialistas algarvios** acusaram o Governo e a Administração Regional de Saúde do Algarve de impedir a consulta do Plano Director Regional de Saúde a cidadãos e organizações sem acesso à Internet.

A **Federação do PS de Santarém** manifestou "total solidariedade" ao povo espanhol pelo acto terrorista de 11 de Março e congratulou-se com a vitória do PSOE em Espanha, "sinal de que a verdade acaba sempre por vencer a mentira". Os socialistas escalabitanos reiteraram ainda o "repúdio pela teimosia do Governo de direita em privatizar a Companhia das Lezírias" e manifestaram a sua "profunda preocupação pela situação económica e social do país".

A **Federação e os deputados do PS eleitos**

por **Viseu** efectuaram uma visita de trabalho às freguesias do município de Vouzela. Entre as principais preocupações manifestadas pelos diferentes presidentes de junta, destacam-se os acessos à futura A25, o abastecimento de água e saneamento, as zonas de expansão urbanística, o aproveitamento da energia eólica, a preservação do património e a elaboração de um Plano Rodoviário Municipal e de um Plano de Protecção e Segurança.

CONCELHIAS

A **Concelhia de Ourique do PS** exigiu a "imediate recolocação em actividade" do Serviço de Emergência Médica Pré-Hospitalar que funcionava 24 horas por dia no Centro de Saúde de Ourique, actualmente inactivo por ordem da coordenadora da Sub-Região da Administração Regional de Saúde do Alentejo.

"Verdadeiro bluff" é como o **PS/Gaia** classifica a gestão do Plano Especial de Realojamento (PER) no concelho, acusando a maioria PSD/PP de fazer "propaganda enganosa à custa dos mais necessitados".

A **Comissão Política Concelhia de Cascais do PS** aprovou uma moção, por unanimidade, em que "manifesta o seu mais firme repúdio pelos atentados ocorridos em Madrid", que classifica como "actos bárbaros e gratuitos".

"Como socialistas democráticos sempre entendemos que os fins jamis justificam os meios e que não há causa que justifique o massacre de inocentes", refere ainda a moção.

A **Concelhia de Tomar do PS** emitiu um comunicado congratulando-se com a "vitória histórica do PSOE", que "demonstra a capacidade dos povos de se livrarem de políticas conservadoras, através da democracia, recusando a mentira e a conflitualidade como forma de gestão política diária".

Miguel Coelho e Nuno Cardoso, respectivamente,

presidentes das **Concelhias de Lisboa e Porto**, reuniram-se no dia 15. Em análise estiveram as estruturas que lideram, o partido e a situação política actual.

Numa iniciativa da **Concelhia de Lisboa do PS**, o dirigente socialista José Sócrates participou no dia 18 de Março num debate sobre a actual situação política nas instalações das Secções da Penha de França e São João/Beato.

GABINETE DE ESTUDOS

O **Gabinete de Estudos do PS** promoveu no dia 13 de Março fóruns temáticos sobre Ambiente e Desenvolvimento, Saúde e Justiça, e no dia 20 sobre Estado Amigo do Cidadão e Segurança dos Cidadãos.

MULHERES SOCIALISTAS

No âmbito da campanha para o Parlamento Europeu, o **Departamento Nacional das Mulheres Socialistas** levou a cabo no dia 12, em Faro, e dia 19, na FRO, debates sobre a participação das mulheres na construção de "uma Europa de igual para igual".



O **Departamento das Mulheres Socialistas do Porto** vai criar um gabinete jurídico de apoio às mulheres detidas preventivamente.

No final de uma visita à ala feminina da cadeia de Custóias, em Matosinhos, a presidente desta estrutura socialista, Maria Rosalina Santos, disse

que o gabinete será composto por quatro juristas, e anunciou a intenção de criar uma linha telefónica de apoio a esta missão.

O **Departamento das Mulheres Socialistas de Coimbra** realizou no dia 13 um debate subordinado ao tema "O desemprego feminino no distrito de Coimbra", que contou com a participação de Sónia Fertuzinhos, Vieira da Silva, Ângela Pinto Correia, Maria do Céu Cunha Rego, Fátima Carvalho e Helena André.

SECÇÕES

As eleições para a Mesa da Assembleia Geral e o Secretariado da **Secção de Benfica e S. Domingos de Benfica** vão voltar a repetir-se hoje, dia 24, devido ao facto de nenhuma das três listas concorrentes no anterior sufrágio ter obtido maioria absoluta. Entretanto, saiu mais um número do boletim informativo "A Secção".

Com o objectivo de melhorar a comunicação com militantes e simpatizantes, a **Secção de Campo de Ourique** está a ultimar a criação de um site e de um blog na Internet, bem como de um boletim informativo. Entretanto, os serviços desta estrutura socialista foram já informatizados.

AUTARQUIAS

A **Câmara Municipal de Aveiro, de maioria socialista**, declarou que recusa receber a incineradora de lixos urbanos sem que o Governo, accionista maioritário do projecto, preste esclarecimentos sobre a opção técnica e financeira.

O PS ganhou as eleições para a **Assembleia de Freguesia de Darque**, Viana do Castelo, com 1503 votos, contra os 1083 obtidos pela coligação PSD/PP e os 513 da CDU. Com este resultado, o PS alcançou seis mandatos, a coligação de direita cinco e os comunistas dois, o que se traduz numa maioria relativa para os socialistas.

AGENDA PS

SECRETÁRIO-GERAL

26 de Março – 17 horas – Ferro Rodrigues é o orador convidado para o encerramento do colóquio "Portugal, a democracia e a Europa", organizado pela Fundação Friedrich Ebert, na Associação 25 de Abril, Rua da Misericórdia, em Lisboa.

27 de Março – 20 horas – Com a presença de Ferro Rodrigues e Sousa Franco, promovido pela Casa-Museu João Soares (Quinta do Paul – Ortigosa), realiza-se um jantar-conferência em que António Guterres é o orador convidado para falar sobre "A Globalização e a Reforma do Sistema Internacional de Governo".

FEDERAÇÕES

24 de Março – 21h00 – A Federação de Setúbal promove um encontro de autarcas do Litoral Alentejano sobre descentralização e organização administrativa do território, no salão nobre da Câmara Municipal de Sines.

Reúne os eleitos do PS nas câmaras e assembleias municipais de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém, Sines e Odemira.

25 de Março – 21h30 – A Federação do Algarve promove uma sessão pública, na Biblioteca Municipal de Faro, para debater o Plano Director Regional de Saúde do Algarve.

28 de Março – 15h30 – Sousa Franco e Capoulas Santos, por iniciativa da Federação do Baixo Alentejo, visitam a Ovíbeja.

29 de Março – 10h30 – As Federações da Zona Centro – Aveiro, Coimbra, Castelo Branco, Leiria, Guarda e Viseu – reúnem-se em Coimbra para analisar os atrasos do Governo em matéria de equipamento social e a discriminação que o presidente da CCDR está a fazer às câmaras socialistas.

14 de Abril – 21h00 – A Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) promove um debate sobre "A Europa como espaço de desenvolvimento e coesão", no auditório da Biblioteca Municipal de Oeiras, com a participação de Elisa Ferreira, candidata ao PE.

CONCELHIAS

27 de Março – 13h00 – A concelhia de Loulé organiza um almoço-debate com Sousa Franco, no restaurante "Os Afonsinhos", no sítio do Semino, em Quarteira.

2 de Abril – 20h00 – A Concelhia de Albufeira promove um jantar-debate, no Hotel Paraíso, em

Albufeira, com a participação de José Sócrates.

3 de Abril – 20h00 – A Concelhia de Faro organiza um jantar alusivo ao 25 de Abril, com a presença de Almeida Santos, no Hotel Eva, em Faro.

GRUPO PARLAMENTAR DO PS

31 de Março – Realizam-se as eleições para a Direcção do Grupo Parlamentar do PS.

31 de Março – Por iniciativa do Grupo Parlamentar do PS, o plenário da Assembleia da República debate a construção do aeroporto da Ota.

GABINETE DE ESTUDOS

26 de Março – 21h15 – O Gabinete de Estudos promove um "Fórum para a Cidadania – A Agricultura e o Desenvolvimento Regional", no auditório do Pavilhão Multiusos de Trancoso, que contará com a presença de Capoulas Santos.

27 de Março 10h00 e 16h00 – O Gabinete de Estudos conclui a realização de fóruns temáticos deste mês. "Qualificação dos portugueses" e "Portugal mais competitivo e mais solidário" são os temas em debate.

SECÇÕES

25 de Março – 21h00 – Os militantes da Secção de Acção Sectorial de Educação do Porto estão convocados para uma Assembleia Geral, a realizar-se no auditório da Federação Distrital do Porto.

MULHERES SOCIALISTAS

25, 26, 27 de Março e 5 de Abril – O Departamento Nacional das Mulheres Socialistas organiza um conjunto de debates sobre a Europa nas federações do PS de Leiria (21h00), Portalegre (21h00), Évora (15h00) e Madeira (19h30), respectivamente.

29 de Março – 21 horas – O Departamento de Mulheres Socialistas da FAUL realiza uma mesa-redonda sobre "Políticas de Família", no Clube Vilafranquense, com a participação de Maria do Céu Cunha Rego, António Dornelas e Maria da Luz Rosinha.

TRÁS-OS-MONTES VOTADOS AO ABANDONO

Na passagem do 2º aniversário das eleições legislativas que levaram ao poder a coligação PSD/PP, os socialistas de Bragança e Vila Real fizeram um balanço muito negativo destes dois anos de acção do Governo que se têm pautado por um comportamento inverso aos compromissos assumidos, com efeitos no agravamento brutal das condições socioeconómicas dos respectivos distritos.



O transmontano Durão Barroso prometeu tudo mas nada trouxe para a região

Para assinalar estes “dois anos de promessas não cumpridas, de desilusão e frustração”, o líder parlamentar do PS, António Costa, foi no dia 16 a Bragança para o “descerramento virtual” de três placas alusivas a obras prometidas no distrito na campanha eleitoral pelo actual primeiro-ministro, Durão Barroso.

“Este é apenas um exemplo do balanço que podemos fazer distrito a distrito em todo o país”, afirmou António Costa, sublinhando que à semelhança do que acontece em Bragança, Durão Barroso não concretizou uma única promessa feita de âmbito nacional.

Relativamente à situação económica, lembrou que um dos objectivos apresentados por Durão Barroso era alcançar “um crescimento de dois pontos acima da média europeia”, salientando que “obviamente o Governo falhou e já admite que em 2004 e 2005 Portugal vai continuar a crescer menos que a UE”. O que aumentou, e “de forma acentuada”, sublinhou, foi o desemprego.

Por sua vez, o presidente da Federação socialista, Mota Andrade, apontou a criação da Universidade de Bragança, a instalação da sede do Instituto de Conservação da Natureza e a construção da Ponte Internacional de Quintanilha como algumas das obras prometidas “por um transmontano que por aqui passou, que prometeu tudo, mas que ao longo de dois anos de mandato nada trouxe”.

Mota Andrade referiu-se ainda às acessibilidades como exemplo da “falta de sentido de Estado” do Governo no que diz respeito à “coesão nacional”, considerando “ridículo e anedótico” o facto de o ministro das Obras Públicas se ter deslocado a Vimioso para, “com pompa e

circunstância”, inaugurar 4,7 quilómetros de uma estrada nacional, “uma obra que ainda foi adjudicada no tempo do PS”. E lembrou, a propósito, que ao longo destes dois anos não foi lançado um único concurso público para a construção de qualquer infra-estrutura rodoviária.

“Não aceitamos que viver no distrito de Bragança seja uma fatalidade”, disse, alertando que “com esta política e com este Governo do PSD/PP caminhos aceleradamente para um atraso irreversível em relação ao resto do país e da União Europeia”.

Dois anos de esquecimento e desemprego

Também no distrito de Vila Real os efeitos do “total abandono” a que foi votado durante dois anos pelo Governo se fazem sentir, com a região a viver uma grave crise económica e social.

Em conferência de Imprensa destinada a fazer o balanço de “dois anos de esquecimento” da coligação de direita em relação ao distrito, os deputados do PS eleitos pelo círculo eleitoral de Vila Real sublinharam que o distrito é o segundo, em percentagem, com maior número de falências, e é o terceiro com maior número de desempregados, designadamente 12 por cento.

Segundo salientou o deputado Pedro Silva Pereira, “as políticas promovidas pelo Governo de Durão Barroso para o distrito, que deu maioria de votos ao PSD, só vieram agravar a crise económica que também se vive nesta região”.

Pedro Silva Pereira referiu ainda que é no distrito de Vila Real que vão encerrar mais

escolas do primeiro ciclo, concretamente 340 até 2007, devido a uma “política cega” promovida pelo Governo, que poderá ter como consequências uma maior desertificação das aldeias do interior do país.

Referiu que o distrito é o segundo nas estatísticas de crescimento da toxic dependência e das doenças sexualmente transmissíveis, isto ao mesmo tempo que os investimentos para o combate a estes flagelos na região diminuíram.

Criticou a passagem dos balcões dos CTT para as juntas de freguesias, e questionou se este enciamento dos serviços dos correios não será uma “estratégia meramente economicista”.

“Este Governo, que é o mais centralista desde o 25 de Abril, fez mais mal ao distrito de Vila Real em dois anos do que todos os restantes governos do Portugal democrático, tendo ainda a responsabilidade de ser o coeiro de uma ideia generosa de transformar o Douro num grande produto cultural e económico, no país e no mundo”, concluiu Pedro Silva Pereira.

Já o deputado Ascenso Simões alertou para a necessidade de discutir novamente os estatutos da Casa do Douro na Assembleia da República, pois considera que estes estatutos “estão mal feitos e retiram credibilidade à instituição duriense”.

Ascenso Simões desafiou ainda o primeiro-ministro a apresentar projectos para o desenvolvimento do distrito de Vila Real na visita que o chefe do Governo tem agendada a esta cidade para a inauguração do Teatro Municipal, uma obra lança pelo Governo socialista.

J.C.C.B.

Pelourinho da República



«Foi a ETA, não tenhas a menor dúvida.»

José Maria Aznar para o director do El Periódico Público, 17 de Março

«Isso é uma coisa lá deles...»

Ivone, portuguesa de 41 anos, sobre os atentados em Madrid Público

«Este minuto de silêncio foi uma homenagem aos nossos compatriotas espanhóis.»

Comentário de uma **funcionária portuguesa** do El Corte Inglés SIC, 12 de Março

«Estou disponível para fazer campanha com o PSD, o CDS, os socialistas atlantistas. É guerra, é guerra.»

Pacheco Pereira Público, 18 de Março

«No CDS já se fala em fusão com o PSD. A comparação que um dirigente faz é com o PP espanhol, onde tanto há gays como militantes da Opus Dei antilegalização das relações homossexuais.»

Notícia do **Público**, 17 de Março

«Coligação a caminho do desastre.»

Primeira página da revista **Visão**, 18 de Março

«O Dr. Durão Barroso diz que anda a pôr a casa em ordem. Vê-se logo que nunca ajudou nas tarefas domésticas.»

Sónia Fertuzinhos Conferência do PS na FIL, 21 de Março

«Cavaco Silva está dentro do prazo.»

Nuno Morais Sarmento Expresso, 13 de Março

«O timing ideal para Cavaco era o dia seguinte às eleições, depois de saber se ganhava ou não.»

Rui Gomes da Silva Expresso, 20 de Março

«Estou num patamar de tranquilidade.»

Santana Lopes Expresso, 13 de Março

«Eu até alimento muitas polémicas. Por exemplo, agora estou a ler a documentação da Associação Portuguesa de Medicina Postural, e vou lançar outra polémica.»

D. Duarte DNA, 6 de Março

«Não se pode dizer que o 25 de Abril tenha valido a pena.»

idem

«Temos andado há 28 anos a não cumprir o ideal democrático.»

Maria de Lurdes Pintasilgo Público, 20 de Março

PS/MADEIRA DENUNCIA ATENTADOS AMBIENTAIS E CRESCIMENTO DESORDENADO DA REGIÃO

A falta de estratégia do Governo de João Jardim para desenvolver a região de “forma integrada e harmoniosa, com garantias de sustentabilidade”, foi criticada pelo presidente do PS/Madeira. Jacinto Serrão, que falava no âmbito da iniciativa socialista denominada “presidência aberta”, desenvolvida em todas as freguesias do concelho de Santa Cruz, afirmou que o desenvolvimento

regional “não dá garantias de futuro às populações”, apontando como um dos problemas daquele concelho os atentados ambientais verificados no vale do Porto Novo, onde laboram diversas unidades industriais que poluem e prejudicam as potencialidades turísticas daquele local.

O líder dos socialistas madeirenses defendeu, por isso, ser necessário que

as obras aconteçam “devidamente planeadas e estruturadas por forma a preservar a paisagem e dando garantias de ambiente saudável e qualidade de vida às gerações vindouras”.

Jacinto Serrão criticou ainda o crescimento desordenado dos núcleos urbanos, o abandono total do património da Camacha e a falta de apoio aos idosos nas áreas da saúde e segurança social.

SÉRGIO SOUSA PINTO EM ENTREVISTA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

VOTAR PARA FORTALECER A DEMOCRACIA E COMBATER OS EXTREMISMOS

"Devemos todos apelar incessantemente ao cumprimento do dever cívico" no dia 13 de Junho, afirma o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto numa entrevista ao Acção Socialista, em que fala também dos problemas que o terrorismo coloca à União Europeia. Para o eurodeputado, votar nas próximas eleições europeias é uma afirmação da vitalidade das democracias, agora combatidas com a ameaça terrorista e com o ressurgimento dos extremismos. Neste sentido, defende que nestas eleições os políticos façam um esforço de pedagogia e eliminem dos seus discursos a demagogia populista. Sérgio Sousa Pinto afirma que a União Europeia já dispõe de instrumentos que lhe permitem enfrentar a ameaça terrorista, sendo apenas necessário a sua plena implementação por parte dos Estados-membros, que em alguns aspectos têm manifestado resistência.

Tem a Europa os instrumentos necessários para combater o terrorismo?

A União Europeia (UE) dotou-se a 13 de Junho de 2002 de uma decisão-quadro sobre a luta contra o terrorismo. O problema do chamado pacote Vitorino que continha o mandado de captura europeu, a definição comum de terrorismo e um plano de acção de combate ao terrorismo é que muitos Estados-membros não transpuseram esta norma europeia para o seu direito interno, impedindo, assim, a entrada em vigor destas medidas. Das decisões anunciadas após o Conselho JAI de 19 de Março de 2004, apenas a nomeação de um coordenador da luta antiterrorismo é verdadeiramente nova. Todas as outras medidas anunciadas são a implementação de instrumentos já existentes. A UE já dispunha, portanto, dos instrumentos necessários - não estavam era, por mera culpa dos Estados-membros, a ser correctamente utilizados.

Na medida em que a ameaça terrorista está cada vez mais presente na UE o que deve ser feito para evitar a desestabilização das sociedades europeias?

Tomar todas as medidas de ordem preventiva, no plano da segurança, por forma a assegurar a tranquilidade pública. E adoptar, finalmente, uma política externa que resolva os problemas políticos (e porventura económicos) que alimentam o terrorismo.

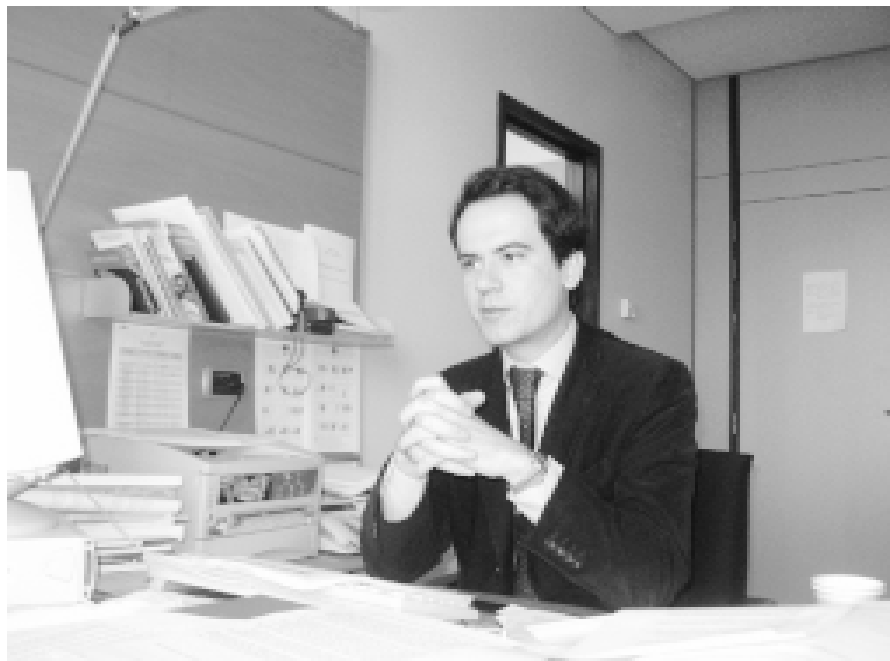
Do seu ponto de vista quais têm sido os obstáculos ao reforço da cooperação policial e judiciária entre os Quinze?

Fundamentalmente, foram os governos dos Estados-membros que mais atrasaram o necessário reforço desta cooperação, por não transporem em tempo útil as normas europeias ou por não chegarem a acordo. Há, por outro lado, a nível dos serviços policiais e judiciários uma certa resistência a uma maior troca de informações com outros serviços. A mudança de mentalidades e

de modo de funcionamento não se faz do dia para a noite, é um processo moroso mas que é vital para a segurança europeia. Só em conjunto, com troca de informações rápidas, é que a Europa pode fazer face ao terrorismo e às novas formas de crime.

De que forma a implementação do mandado de captura europeu pode tornar o espaço comunitário mais seguro?

O mandado de captura europeu entrou em vigor no dia 1 de Janeiro de 2004 nos oito Estados-membros que adoptaram as necessárias medidas de integração da legislação europeia no seu quadro jurídico interno. Esta medida põe termo ao tradicional e moroso processo de extradição entre Estados. As suas vantagens são, em primeiro lugar, a despolíticação da extradição, visto que o processo é feito entre autoridades judiciais, sem que os governos tenham



A UE já dispunha dos instrumentos necessários para combater o terrorismo, não estavam era a ser correctamente aplicados

que se pronunciar. Em segundo lugar, o processo passa a ser muito mais eficaz e célere com prazos e condições a respeitar, previamente estabelecidos. Trata-se, de facto, de uma medida extremamente importante que só peca por ainda não ser aplicável a todo o espaço da União devido ao atraso de certos governos na sua ratificação.

Os atentados terroristas que estão a ocorrer um pouco por todo o mundo não são uma outra face da globalização?

A globalização desregulada gerou um fenómeno de frustração que, de algum modo, concorre para o terrorismo. Nalguns pontos do mundo, a circulação de capitais, ou investimentos e a abertura comercial não geraram prosperidade e desenvolvimento. A verdade é que o atraso de muitas regiões do mundo não pode ser exclusivamente atribuído à globalização. Do mesmo modo, noutros pontos do globo - caso do Sudeste asiático - a abertura dos mercados favoreceu grandes taxas de crescimento económico.

Por outro lado, a globalização trouxe um

crescimento exponencial do tráfego aéreo, e dos transportes em geral, que resulta do desenvolvimento acelerado da tecnologia e das telecomunicações. Seria mais difícil imaginar o terrorismo global que hoje existe num mundo anterior à globalização económica e à circulação dos capitais e das tecnologias.

No plano cultural, a globalização tem perturbado a ordem tradicional, no plano dos valores, hábitos, estilos de vida, sendo objecto de uma reacção, por vezes irracional, contra valores de civilização diferentes.

É a globalização regulável e susceptível de ser colocada ao serviço da diminuição das desigualdades e injustiças que há no mundo?

Acredito que sim no dia em que acabarem os paraísos fiscais, em que houver algum controlo dos movimentos de capitais, em que o comércio internacional obedecer e respeitar mínimos éticos em termos laborais, sociais e ambientais. A actual globalização tem-se traduzido na mera exportação do modelo neoliberal, agravando as desigualdades entre Norte e Sul e cavando um crescente fosso social nas sociedades desenvolvidas. Mais concretamente, a globalização terá que passar por um crescimento económico mais bem repartido, quando, por exemplo, os países do Sul conseguirem colocar os seus produtos agrícolas nos mercados do Norte.

Que instrumentos dispõe a Europa para contribuir para a regulação da globalização?

A Europa é um gigantesco bloco económico mundial. As suas decisões,



Acabar com os paraísos fiscais e controlar os movimentos de capitais contribuiriam para regular a globalização

CARLOS LAGE

DECISÃO DA COMISSÃO VAI AFECTAR VINHO DO PORTO

A vulgarização de denominações que apenas dizem respeito ao Vinho do Porto é um erro e poderá pôr em causa a sua imagem a nível internacional, afirma o eurodeputado Carlos Lage, num pergunta dirigida à Comissão Europeia e, na última sessão plenária do PE, também numa interpelação ao comissário Franz Fischler, exigindo explicações pela autorização agora concedida a produções de outros países, como os Estados Unidos, África do Sul e Austrália.

A preocupação surge pelo facto do último Conselho de Ministros da Agricultura ter autorizado a revisão do regulamento sobre rotulagem, que abre a possibilidade de países terceiros produtores de vinho usarem designações como "Tawny", "Vintage" e "Ruby", que agora são exclusivas do vinho produzido na região demarcada do Douro e sem que o Governo português tenha tido força suficiente para se opor àquela decisão.

"As modificações adoptadas terão certamente um impacto negativo sobre a produção e comercialização de todos os vinhos (Porto e Madeira), mas o seu efeito será particularmente sentido no caso do Vinho do Porto, quer por aquilo que ele representa para a economia de uma vasta região do país, quer pela sua receitas", afirma o eurodeputado.

Assim, Carlos Lage exige que a Comissão dê garantias de que a imagem do Vinho do Porto a nível mundial não será afectada, nomeadamente na sua genuinidade, notoriedade e facilidade de reconhecimento pelo consumidor.

Com efeito, a proposta de alterar esta regulamentação já tinha sido feita em 2002, mas só agora foi aprovada em Conselho de Ministros da Agricultura, onde estava representado Sevinate Pinto.

A Comissão Europeia justificou a adopção do regulamento com a necessidade de garantir a conformidade com a legislação comunitária e com os compromissos internacionais no âmbito da Organização Mundial do Comércio.



O papel do Parlamento Europeu é representar os cidadãos e fiscalizar as demais instituições

em matéria de concorrência – por exemplo quando a Comissão europeia impede uma fusão das duas maiores empresas de determinado sector por abuso de posição dominante – afectam globalmente a economia, protegendo os consumidores de todo o mundo. A Europa não deveria esperar pelos Estados Unidos para se abrir às exportações agrícolas dos países emergentes.

Uma Europa sem capacidade militar e sem política externa comum limita-se dramaticamente na sua influência. Uma coisa é certa, os Estados isolados – excepção feita aos Estados Unidos, à China e ao Japão – já não têm papel a desempenhar na regulação global. Por isso precisamos de integração regional e de apoiar organizações como o Mercosul.

Qual o papel que os partidos socialistas a nível mundial podem ter neste desafio da regulação da globalização?

O Partido Socialista Europeu já organizou o Fórum Progressista Global onde pretendeu debater a globalização. Os partidos socialistas só poderão ter um papel útil se forem capazes de afrontar os baluartes ideológicos e os interesses instalados associados ao neoliberalismo, em particular os interesses da comunidade financeira, já tutelados à escala mundial pelo FMI e pelos dogmas do combate à inflação, do défice zero, da liberalização indiscriminada dos mercados e da flexibilidade laboral.

A partir da Bruxelas, como vê a situação económica e social em Portugal?

Portugal vive uma grave crise económica, resultante, fundamentalmente, do sentimento de pânico que o Governo

gerou nos agentes económicos. Não há confiança sem crescimento económico. Não se vê retoma no horizonte e vamos estar pelo menos cinco anos a afastarnos da média europeia.

Qual é o seu entendimento sobre o espantilho que as regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento impõem às economias, nomeadamente às mais débeis como a portuguesa?

Defendo a regra de ouro, ou seja, o défice deve ser aferido havendo distinção entre despesas correntes e despesas de investimento – nomeadamente aquelas que visam dar cumprimento à estratégia de Lisboa. Considero que o objectivo previsto de atingir um equilíbrio orçamental (défice zero) é um absurdo económico que deve ser eliminado dos Tratados.

É voz corrente que a acção do Governo tem contribuído para a degradação da imagem de Portugal na União Europeia. Qual é a sua opinião?

A direita europeia está encantada com mais um Governo que segue a cartilha neoliberal independentemente do impacto social das suas medidas. No entanto, o ministro das Finanças francês já explicou que não permitirá que, por força do Pacto de Estabilidade, a França cometa os mesmos erros que Portugal. Toda a gente percebe que Portugal se afunda na recessão e vende património para iludir aparências. Toda a gente aplaude a bem do credo, mas ninguém faz o mesmo.

Na base da experiência adquirida ao longo dos últimos cinco anos no

Parlamento Europeu, do seu ponto de vista o que deve ser mudado para que este órgão veja reconhecida a importância que realmente tem?

Será necessário aumentar os domínios da co-decisão, relançar a integração política, favorecer a criação de uma opinião pública europeia com partidos políticos europeus. Teremos também que estabelecer uma relação entre os resultados das eleições europeias e a nomeação da Comissão, o executivo europeu.

Sendo a abstenção a tradicional inimiga das eleições europeias, o que deve ser feito para que os cidadãos tomem consciência da importância deste sufrágio e vão às urnas?

Devemos todos apelar incessantemente ao cumprimento do dever cívico. Numa época conturbada como a nossa, marcada pelo terrorismo, pelo ressurgir dos extremismos, sobretudo de direita, é indispensável afirmar a vitalidade das democracias. Isso exige dos políticos esforço de pedagogia, um discurso argumentativo de racionalidade dirigido à inteligência dos cidadãos e não demagogia populista que só descredibilizará a política.

O que pode o Parlamento Europeu oferecer aos cidadãos da União Europeia?

O papel do Parlamento Europeu é representar os cidadãos e fiscalizar politicamente o funcionamento das demais instituições. Não tem, como é sabido, poderes de iniciativa, o que o afasta do modelo dos parlamentos nacionais. Mas é directamente eleito e é a única instância que goza de legitimidade democrática.

LUÍS MARINHO

APROVADO RELATÓRIO SOBRE POLÍTICA COMUM DE ASILO

Garantir as condições necessárias para a chegada ordenada à União Europeia de pessoas que careçam de protecção internacional, assegurar a partilha de encargos e de responsabilidades inerentes a este processo, quer no interior da União quer com as regiões de origem e, finalmente, desenvolver procedimentos mais integrados e eficazes para a admissão e retorno de refugiados, são os três grandes objectivos enunciados no relatório do eurodeputado Luís Marinho, sobre uma nova abordagem para a política europeia de asilo.

O relatório foi aprovado na Comissão das Liberdades Públicas do Parlamento Europeu e engloba duas Comunicações da Comissão Europeia que contêm as premissas básicas de uma possível nova definição de regimes de asilo na UE, caracterizadas por uma melhor gestão, maior acessibilidade e equidade de decisões.

Luís Marinho destaca, a este propósito, que deveria competir à União Europeia, em primeiro lugar, desenvolver uma verdadeira política comum da qual constassem os seguintes elementos: um efectivo sistema europeu de asilo; a colaboração com países de origem mediante o tratamento adequado de questões como os Direitos Humanos e o desenvolvimento dos Estados e regiões de origem e de trânsito; a garantia de tratamento justo para os nacionais de países terceiros que residam legalmente no território da UE; a necessidade de uma gestão mais eficaz dos fluxos migratórios em todas as suas etapas, combatendo a imigração ilegal na origem e lutando contra os que se dedicam ao tráfico de seres humanos e à exploração económica dos imigrantes.

MANUEL DOS SANTOS

CUSTOS DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO VÃO SER MAIS EQUILIBRADOS

A Directiva "Eurovinheta", diploma que estabelece um sistema tarifário aplicável à circulação de veículos pesados nas estradas e auto-estradas europeias, vai ser alterada, tendo o eurodeputado Manuel dos Santos apresentado um parecer, já aprovado por larga maioria na Comissão dos Assuntos Económicos, com algumas propostas para melhorar as principais causas de desequilíbrio do sector dos transportes.

O parecer foi elaborado com base numa proposta da Comissão, que em termos gerais pretende alterar a estrutura e a forma como são aplicadas as taxas em causa e o modo como são repartidas pelos utilizadores. Pretende-se também incluir na directiva os veículos pesados de peso bruto superior a 3,5 toneladas e fazer a modelação do valor das portagens em função do tipo de veículo, hora de utilização e infra-estrutura utilizada.

O documento prevê ainda a atribuição de contrapartidas para compensar um eventual aumento de custos e a afectação directa das receitas das portagens e direitos de uso à melhoria das infra-estruturas existentes e à promoção do transporte alternativo.

A CONSTITUIÇÃO QUE SAIU DO FRIO

O diálogo ou debate que deveria mobilizar cerca de 500 milhões de cidadãos europeus, analisando, contraditando e aprofundando os desafios comuns e, com isso, contribuindo para uma indispensável opinião pública europeia, estava, até à vitória de Zapatero, subvertido pelo discurso utilitário dos ganhos eleitorais.

A vitória do PSOE produziu em menos de 48 horas mudanças que não se circunscrevem ao universo político espanhol. É indistigável a expectativa que a nova abertura à Europa, anunciada por Rodríguez Zapatero como pedra-de-toque de toda a sua política externa, produziu nas chancelarias, nas instituições e no estado de espírito dos que aspiram à rápida solução do impasse em que a Europa caiu, após a Cimeira de Bruxelas.

A questão europeia que nas últimas semanas se reconduziu, em todas as capitais, às alterações na nomenclatura política e à tradicional dança de cadeiras, própria dos momentos pré-eleitorais, com todos os episódios burlescos e apatetados em que os políticos se deixam consumir, para gáudio e descrença dos sempre atónitos eleitores, que vão encontrando no riso algum lenitivo para as agruras da crise, assumiu nas últimas horas uma nova natureza, um novo conteúdo, reconduzida que foi à questão primeira do projecto de Constituição. O problema do bloqueio constitucional, suportado formalmente pelo tandem hispanopolaco, justificou os silêncios, os desvios e a falta de coerência de muitos políticos europeus, que viram naquela bizzarria uma porta de saída para a sua inépcia europeia e uma esplêndida oportunidade para ficarem calados.

Parecia que já nada havia a dizer sobre o futuro da Europa, enterrado a preceito pela fragilidade das convicções europeias, dissimuladas em proclamações muito enérgicas sobre a política e os interesses nacionais.

As eleições que se avizinham serviriam para discutir tudo o que viesse à cabeça dos contendores, desprezando a única circunstância em que os europeus são chamados, verdadeiramente, a decidir da Europa. O diálogo ou debate que deveria mobilizar cerca de 500 milhões de cidadãos europeus, analisando, contraditando e aprofundando os desafios comuns e, com isso, contribuindo para uma indispensável opinião pública europeia, estava, até à vitória de Zapatero, subvertido pelo discurso utilitário dos ganhos eleitorais. O futuro chefe do Governo de Espanha rasgou, sem querer, o grande embrulho com que queriam camuflar a Europa. Com meia dúzia de frases, pôs a Constituição europeia no centro do debate, agora que a unidade europeia é mais viável e exige uma Magna Carta para lhe dar vida.

A Europa é uma paixão, porque é uma incerteza. Mas de um dia para o outro, olvidada, esquecida, desprezada, salta para a rua e obriga os políticos e os partidos a explicarem-se perante ela.

Zapatero transformou uma campanha eleitoral desinteressante, nacionalista e burocrática, onde aos candidatos não seria exigível o mais pequeno conhecimento das encruzilhadas europeias, bastando-lhes repetir até à rouquidão os slogans dos partidos, num grande desafio para os políticos e para os eleitores.

A campanha eleitoral está aí, com todas as grandes questões que têm a ver com o futuro da Europa. Referendo? Ratificação parlamentar? Tratado Constitucional? Constituição? Simples Tratado? Soberania nacional? Primazia do direito europeu? Terrorismo? Espaço de Liberdade? Duplas maiorias? Co-decisão?

Tantos temas, quantas as explicações, as opções e a pedagogia. Os cidadãos só vão votar se perceberem o que está em jogo. Se for mais do mesmo, o interesse é reduzido. Se lhes explicarem, se os convencerem, se os entusiasmarem, irão, como sempre foram, às urnas, votar pelo seu futuro.

Para já, é só isto que tenho a agradecer ao meu amigo e camarada José Luis Rodríguez Zapatero.



LUÍS MARINHO

Opinião

SOCIALISTAS VOLTAM AO PODER EM ESPANHA DEPOIS DE OITO ANOS DE ARROGÂNCIA DO PP

Depois de oito anos de oposição e duas maiorias absolutas do PP, o Partido Socialista Operário Espanhol de Rodríguez Zapatero, com quem ainda recentemente Ferro Rodrigues se encontrou em Madrid, foi um vencedor de alguma forma esperado na sequência dos dramáticos e bárbaros atentados terroristas que fizeram em Madrid cerca de 200 mortos e perto de 1500 feridos. Os resultados eleitorais de domingo passado são também a vitória sobre a arrogância política e a manipulação com que o PP de Aznar governou a Espanha, que atingiu o seu epítelo com a tentativa de adiar para o mais tarde possível a revelação de que os atentados de Madrid tinha a marca da Al-Qaeda e não da ETA. Conforme afirmou o líder do PSOE, "o apoio e a participação da Espanha à guerra do Iraque foi um erro político; a intervenção militar foi um erro que pôs em causa a ordem internacional e o papel das Nações Unidas". Os espanhóis, que desde a intervenção no Iraque não tinham parado de manifestar o seu descontentamento pelo alinhamento da Espanha ao lado dos Estados Unidos numa guerra que se baseou numa mentira e colidiu com o direito internacional, não perdoaram que compatriotas seus e toda a nação tivessem de pagar um preço tão elevado por causa de uma opção política errada.

Não foi de estranhar, por isso, que dois dias após a vitória, Zapatero tivesse reafirmado aquilo que foi uma promessa eleitoral sua: que as tropas espanholas retirariam do Iraque, se até 30 de Junho as Nações Unidas ainda não tivessem o controlo do país.

"Estou preparado para governar e desejo que as pessoas recuperem a confiança na política", afirmou o futuro primeiro-ministro espanhol, que anunciou que iria governar mesmo sem maioria parlamentar. Com efeito, o PSOE conseguiu eleger 163 deputados, mais 38 do que nas eleições de 2000, enquanto o PP de Mariano Rajoy desceu de 183 para 148. A tarefa governativa do PSOE parece, no entanto, facilitada, porque diversas forças políticas minoritárias já se dispuseram a colaborar com o Governo de Rodríguez Zapatero, entre as quais os catalães da Convergência



A vitória do PSOE é a da verdade contra uma campanha de manipulação e de mentiras

e União, a Esquerda Republicana da Catalunha e os regionalistas das Canárias. Quanto ao programa de governação, Zapatero começou por afirmar que uma das suas grandes prioridades é o combate ao terrorismo. Os outros pontos que referiu a seguir são a defesa da dimensão social para Espanha, o respeito pela Constituição e a presença na primeira linha da construção europeia.

A sua primeira declaração após a confirmação da vitória foi para pedir um minuto de silêncio: "Para que os atentados de quinta-feira nunca mais sejam esquecidos".

Reações de Ferro, Soares e Guterres

Ao comentar o resultados das eleições em Espanha e as suas consequências, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, afirmou que, se fosse primeiro-ministro, "a GNR nunca teria ido para o Iraque". Ferro Rodrigues, que felicitou telefonicamente o líder do PSOE no próprio dia das eleições, fez aquelas declarações antes de uma reunião em Lisboa com economistas, tendo considerado "uma manifestação de coerência" a retirada dos militares espanhóis anunciada por Zapatero, na medida em que se trata de uma promessa

feita durante a campanha eleitoral.

Para o secretário-geral do PS, a vitória que o povo espanhol deu ao PSOE teve a ver, em parte, com o facto de José Maria Aznar ter alinhado com uma guerra ilegal. E tratou-se de uma "demonstração da força da democracia contra a barbárie do terrorismo". "É a vitória da verdade e da coerência perante uma campanha de manipulação e de mentiras", sublinhou. Também o eurodeputado Mário Soares afirmou que a tragédia de Atocha "tem de ser devidamente condenada" e manifestou total solidariedade com os familiares das vítimas e com o povo espanhol.

"O terrorismo é algo de muito estranho, que tem de ser estudado a sério e reprimido com inteligência e de maneira eficaz", disse.

Por seu turno, o presidente da Internacional Socialista, António Guterres, numa conferência que proferiu em Évora sobre globalização e multilateralismo, considerou que "a resposta ao terrorismo não pode fazer o jogo do terrorismo", e criticou a intervenção militar no Iraque, liderada pelos Estados Unidos, que considerou "uma guerra ilegítima".

Guterres considerou ainda as repercussões internacionais dos atentados em Madrid constituem um passo mais na derrota presidencial de George Bush. **PP**

FERRO EM ÉVORA

PARA DERROTAR COLIGAÇÃO DE DIREITA NÃO SE PODEM DESPERDIÇAR VOTOS

"Não se podem desperdiçar votos. Ninguém está em condições de derrotar a coligação de direita a não ser um grande partido, o PS", afirmou Ferro Rodrigues na Convenção "Évora, o distrito, a Europa e o futuro", apelando à concentração do voto no Partido Socialista nas eleições europeias de dia 13. Além do apelo explícito ao voto útil no PS, Ferro Rodrigues criticou os dois últimos anos da governação do PSD/PP e considerou ser fundamental "vencer a coligação de direita para que depois seja também possível ganhar as eleições autárquicas de 2005". Numa intervenção de cerca de meia hora perante uma sala cheia e que contou também com a presença de Capoulas

Santos, Carlos Zorrinho e Henrique Troncho, o secretário-geral do PS interrogou várias vezes o que estaria afinal o Governo a comemorar com a deslocação de todos os seus ministros a vários pontos do país para assinalar os dois anos de funções da coligação governamental.

"Será que estão a comemorar os efeitos incompetentes do seu discurso da tanga", questionou, argumentando que essa situação "fez com que as empresas e os investidores perdessem a confiança no nosso país".

"Ou será — continuou — que estão a comemorar o logro em que os portugueses cairam", alegando que na campanha eleitoral

para as últimas legislativas "nunca foi colocada a hipótese de coligação" entre o PSD e o PP".

Ferro Rodrigues acusou o Governo de ter conduzido o país à recessão mais profunda que existiu desde há muitos anos em Portugal, apenas comparável à de 1993.

O secretário-geral do PS apresentou também algumas propostas para que seja possível combater a abstenção de forma eficaz, fazendo para isso um apelo ao Presidente da República, de forma a que seja considerada a possibilidade de alargamento do horário de funcionamento das mesas de voto, de maneira a facilitar a afluência às urnas.

CASACA QUER EVITAR DIFICULDADES PARA PRODUTOS DOS AÇORES COM AÇÚCAR

A adopção de uma modificação ao Regulamento do Programa POSEIMA poderá vir a dificultar ainda mais a expedição do açúcar produzido e refinado no arquipélago, alertou o eurodeputado Paulo Casaca numa carta dirigida ao Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Costa Neves.

O eurodeputado apela ao Estado português para "ponderar de forma mais aprofundada e urgente" as questões em jogo naquele diploma e que defenda na Comissão Europeia a sua revisão.

Segundo Paulo Casaca, a referida modificação, a expedição de produtos dos Açores que contém açúcar ficará restringida às bolachas, biscoitos e cerveja de malte destinados à Guiné-Bissau, Cabo Verde e Marrocos, sendo proibidas todas as restantes. De fora, ficarão mercados de exportação tão importantes como a União Europeia, Canadá e Estados Unidos.

SOUSA FRANCO

EUROPEIAS SERVEM PARA DESMISTIFICAR POLÍTICAS ERRADAS DO GOVERNO

As próximas eleições europeias vão servir para desmistificar as políticas desastrosas do Governo do PSD/PP, que em muitos domínios tem invocado pretextos europeus para justificar estratégias erradas para Portugal, afirmou o cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu Sousa Franco, num debate organizado pela Federação da Área Urbana de Lisboa em que participaram também António Costa e Joaquim Raposo.

Para Sousa Franco, a prioridade para um país como Portugal tem de ser a convergência económica e o crescimento, porque somos quem tem menos direitos sociais e o maior aumento da pobreza. "As propostas agora feitas pelo Governo ao nível dos salários são um exemplo do aumento da desigualdade e da colocação em risco da solidariedade, tornando o país mais injusto", afirmou. Para o cabeça-de-lista do PS ao Parlamento Europeu, ao contrário do que o Governo tem afirmado, não existe nenhum sinal de retoma. Um país onde isso acontece — afirma — é em França, que recusou reduzir o investimento público. "Os cortes cegos e a atitude do Governo travaram o investimento interno e externo e destruíram a confiança dos portugueses", disse.

O ex-ministro das finanças do PS foi particularmente crítico em relação àquilo a que chamou o "seguidismo" do Governo de Durão Barroso em relação ao Governo espanhol de Aznar, patente, por exemplo, a nível do abandono das prioridades do domínio das redes viárias transeuropeias e o adormecimento da construção do aeroporto da Ota.

O mesmo aconteceu com a demissão do Governo na possibilidade que tinha de apresentar com sucesso um candidato a vogal da presidência do Banco Central Europeu, o que manifestamente vem beneficiar Espanha.



As propostas governamentais sobre salários promovem a desigualdade e colocam a solidariedade em risco

Relativamente à coligação do PSD/PP, Sousa Franco considera que a influência do PP tem levado o PSD a assumir posições antieuropeias. "A coligação PSD/PP tem actuado na Europa em actos fundamentais de política como elemento de hegemonização de um só Estado na ordem internacional, e isso implica também menos Europa", afirmou. "Mais europeísmo não significa perda de identidade portuguesa; pelo contrário, permite que nos afirmemos melhor no mundo", afirmou.

Sousa Franco, tal como António Costa, defenderam também uma campanha com elevação, sem ataques pessoais entre os candidatos das diferentes listas.

Costa sublinha importância das Europeias

António Costa sublinhou a importância que as eleições para o Parlamento Europeu têm para Portugal e para a Europa. No caso nacional, porque são

as primeiras que o PS vai disputar contra os partidos da coligação, sendo fundamental penalizar o Governo pelos seus erros desastrosos para o país e porque as dimensões nacional e europeia estão cada vez mais entrecruzadas. Por outro lado, são as primeiras de um ciclo que o PS quer que sejam de vitórias eleitorais. São importantes a nível europeu, porque a União está confrontada com um alargamento sem precedentes na sua história, com os efeitos da globalização e com um projecto de Tratado constitucional. Além disso, a União Europeia atravessa uma fase de grave crise internacional, que teve o seu pior momento com as consequências da guerra do Iraque, que dividiu os Estados-membros. Para António Costa, Portugal tem de contrariar a postura passiva que o Governo tem tido na União Europeia, deixando que os outros decidam por nós, e combater a ideia de que somos um país pequeno e periférico

PP

FERRO REÚNE COM FEDERAÇÕES E CANDIDATOS PARA AFINAR CAMPANHA EUROPEIA

Com o objectivo de preparar a campanha para as eleições europeias, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, efectuou durante a última quinzena duas reuniões com os presidentes de federação do PS e uma com os candidatos ao Parlamento Europeu, esta realizada em Sintra. Sempre acompanhado pelos primeiros candidatos da lista e alguns membros do Secretariado Nacional, o objectivo dos encontros com os presidentes de federação e com os candidatos foi debater as linhas gerais da campanha e recolher contributos para a tornar mais eficaz e assim começar a preparar o terreno para as acções que ao longo dos próximos três meses decorrerão por todo o país.

A palavra de ordem de ambas as reuniões foi a absoluta necessidade de mobilizar

todos os militantes e as estruturas do partido, dada a importância de que se revestem estas eleições, as primeiras depois da direita governamental ter assumido o poder, com consequências tão negativas a nível económico e social, de que o aumento sem precedentes do desemprego constitui a face mais dramática.

Entre as orientações já assumidas, está a criação da figura do mandatário concelhio e a recolha de apoiantes para a lista, de forma a alargar a base de apoio do PS. Enquanto os partidos da coligação ainda andam à procura de um cabeça-de-lista, o PS já realizou inúmeras iniciativas no âmbito da preparação da campanha para o Parlamento Europeu, desde debates por todo o país à divulgação do documento base que constituirá o manifesto eleitoral.

O combate à abstenção foi outra das preocupações constantes nas reuniões, não só porque tradicionalmente as eleições para o PE são relativamente pouco participadas, mas também porque decorrem já no período de Verão, com feriados e, desta vez, com a dificuldade acrescida que decorre da realização do Euro-2004.

No passado fim-de-semana decorreu em Sintra o primeiro encontro entre o secretário-geral e todos os candidatos da lista do PS com o objectivo de discutir as orientações da campanha e um conjunto de temas que estão na ordem do dia na União Europeia, como a Estratégia de Lisboa, segurança, política externa, agricultura, tratado constitucional e fundos estruturais.

TRÊS PERGUNTAS A ANA GOMES

"NÃO SE PODE FAZER O JOGO DOS TERRORISTAS"



Sem alarmismos, os cidadãos devem ser informados das ameaças e dos perigos do terrorismo internacional e os governos devem ser capazes de cooperar de forma inteligente. Segundo a secretária nacional do PS para as Relações Internacionais, não nos podemos deixar tolher pelo medo nem abandonar as regras do Estado de Direito

Como se combate o terrorismo internacional?

Com governos competentes, inteligentes e determinados, capazes de perceber o que é o terrorismo internacional e o que são as suas causas profundas, designadamente conflitos políticos não resolvidos (como o conflito israelo-palestino, a ocupação estrangeira do Iraque e regimes ditatoriais violadores dos direitos humanos) e gritantes injustiças e desigualdades no mundo que tornam muita gente tão desesperada que recorre ao mais abjecto dos métodos, o terror indiscriminado. Governos capazes de agir no plano internacional, concertadamente, no sentido de favorecer a resolução desses conflitos, no quadro do direito internacional e com respeito pelos direitos humanos. Governos capazes de dar toda a prioridade ao combate a central internacional do terrorismo que é a Al-Qaeda, e que não desviem meios para focos de conflito que sirvam de aticamento e fonte de recrutamento dos terroristas (foi isso o que aconteceu com a invasão ilegal do Iraque). Governos capazes de organizar e mobilizar serviços de informação, polícias, meios militares e segurança e protecção civil em geral para se articularem entre si e com congéneres estrangeiros para antecipar e desarticular possíveis ameaças para agir coordenadamente em caso de ataque. Governos capazes de informar devidamente os cidadãos, sem alarmismos, mas não desvalorizando perigos nem ameaças. Com cidadãos devidamente alertados, informados e conscientes de que a ameaça terrorista atinge hoje todo o mundo, de que o terrorismo não vai desaparecer tão cedo, de que sem cooperação internacional designadamente no domínio da "inteligência" não há combate sério ao terrorismo.

Está a Europa preparada para travar esse combate?

Infelizmente não está. Mas tem de se preparar, organizar e articular aceleradamente. As medidas já anunciadas ao nível da UE são um começo, se se concretizarem. E devem concretizar. Prioritário é perceber o que é o inimigo, o que é a Al-Qaeda, quais são os seus desígnios e como se alimenta, financia e actua. Para se poder agir politicamente e impedir que continue a conseguir recrutas por esse mundo fora. Desarticular os esquemas de financiamento dos terroristas é vital e também prioritário — para isso importa abolir o segredo bancário, extinguir ou controlar todos os movimentos "off-shores" e tomar a nível nacional internacional medidas drásticas para detectar e impedir o financiamento de operações e das redes terroristas, frequentemente associadas a outras redes criminosas de tráfico de droga e branqueamento de capitais.

O que deve ser feito em Portugal, tendo em conta o Euro 2004 e o Rock in Rio?

Tudo o que acima referi a nível global. Prioritário é pôr a funcionar com direcções competentes os nossos serviços de informação — SIS, SIEMD, PJ, SEF —, e todas as forças de segurança em geral. A coordenação destes serviços é vital, tal como é fundamental melhorar a sua articulação com congéneres estrangeiros. Se necessário deveríamos chamar especialistas estrangeiros para ajudarem a reestruturar os nossos dispositivos. Especial atenção deve ser dada à detecção dos movimentos de financiamento de eventuais redes terroristas, incluindo seguir a sua eventual conexão com redes de corrupção, tráfico de droga e branqueamento de capitais. Importa também equipar e treinar urgentemente os corpos policiais diversos (PSP, GNR, Brigada Fiscal, etc.) e também militares para estarem preparados para detectar e agir em caso e ameaça terrorista. Importa investir nos serviços de Protecção Civil e Cruz Vermelha Nacional para que estejam preparados para intervir coordenada e eficazmente em caso de ataque terrorista. E importa por fim manter os cidadãos devidamente alertados e informados para perigos potenciais e sobre modos de agir em caso de ameaça ou ataque. Enfim, importa fazer praticamente tudo o que o actual Governo de Durão Barroso não fez, sistematicamente desvalorizando a ameaça terrorista. O que não se pode fazer é o jogo dos terroristas: deixarmos-nos paralisar pelo medo, alterarmos a nossa vida, abandonarmos as regras do Estado de Direito e os Direitos Humanos. Nem pensar cancelar o Euro ou o Rock in Rio. Não haverá terroristas que nos façam cancelar a nossa vida, a nossa democracia.

É PRECISO UMA "VERDADEIRA" DESCENTRALIZAÇÃO PARA PORTUGAL

1. A Europa em busca de uma nova política regional

A nova Europa, a Europa alargada, está num momento de *recentragem da sua política regional*, tanto em matéria de objectivos, como em termos de "geografia" de aplicação de recursos. As novas perspectivas financeiras que nos propõem encerram o paradoxo de no momento em que se faz o maior alargamento de sempre a Europa quer gastar o mesmo ou menos do seu orçamento do que antes.

É evidente a intenção de reorientar os macro-objectivos europeus, em termos de desenvolvimento regional, de uma política de distribuição e coesão para uma política de crescimento e competitividade. A Europa quer crescer mais e mais rapidamente e quer distribuir menos por menos centros de necessidade. Quer concentrar investimentos, quer reduzir instrumentos, quer simplificar procedimentos.

Para nós é claro! O que queremos é a *aplicação da Estratégia de Lisboa* nas suas múltiplas dimensões de competitividade, inovação, conhecimento, emprego e coesão. Não aceitaremos que a Europa da competitividade se construa contra a Europa da coesão. Este é o combate dos socialistas na Europa e em Portugal. Esta recentragem política impulsiona a discussão de novos modelos de "governança" territorial, enquanto patamar de concertação de interesses a nível regional e de uma nova atitude no exercício da governação.

Tudo o que aí vem em termos de política regional é novo e requer uma redefinição, por parte dos países e das regiões, dos seus objectivos e das formas de gerir os territórios e obriga, acima de tudo, a uma visão estratégica nacional de enorme amplitude e virada para o futuro. É preciso sabermos o que queremos para o país para sabermos o lugar de cada uma das regiões no projecto de desenvolvimento nacional.

2. Descentralização e regionalização: duas faces da mesma moeda

A realidade actual coloca a necessidade estratégica de adesão de Portugal a *novas lógicas de territorialidade e a novos modelos de gestão territorial* descentralizados, dinâmicos e inovadores.

É preciso, antes de mais, consolidar "territórios pertinentes", com massa crítica e capacidade de atracção de recursos estratégicos para a competitividade e o desenvolvimento, tanto físicos como imateriais (que garantam as *externalidades de escala e gama*) para responder às condições que organizações e indivíduos necessitam para o bom desempenho das suas actividades.

O desafio que está colocado ao país é, pois, o de conseguir consolidar, internamente, *uma estrutura regional com escala apropriada, competências, autoridade e poder de decisão* que permita redefinir o padrão de desenvolvimento e gerir os meios necessários à sua concretização e, por outro lado, que amplie resultados e fortaleça as relações de cooperação transfronteiriças e transnacionais. Mas esse desafio só será ganho se formos capazes de *gerir mais e melhor os nossos recursos*. Este é o desafio que devemos compreender e assumir.

Estamos certos que o novo modelo defendido e implementado pelo actual governo de "associativismo intermunicipal" não é o mais adequado para uma negociação com esta Europa em busca de uma nova geografia, novos objectivos e novos modelos de "governança".

Enquanto a Europa se reconstrói em grandes espaços regionais, nós discutimos a *"sub-regionalização do país"* em pequenos espaços, sem escala e sem nexos territorial, sem massa crítica própria, sem uma visão abrangente e sem uma estratégia coerente que enquadrem projectos, iniciativas e acções a concretizar. E, naturalmente, com mais custos e menor racionalidade na aplicação dos dinheiros públicos.

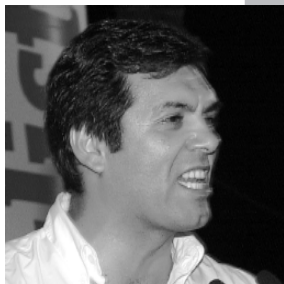
O actual Governo com este novo modelo de "descentralização" desestruturou o território em cerca de duas dezenas de unidades subregionais (mais do que os distritos existentes), perdeu o controlo do processo porque não assegurou a "função de salvaguarda" para o estado (ficou sem a última palavra) e está a construir um andar sem discutir o edifício da governabilidade do território no seu todo (não tem noção do que quer). Este modelo vai reduzir a eficiência da acção política (pela geometria variável da desconcentração de competências), vai reduzir a justiça espacial (fracturando o país entre litoral e interior no que diz respeito a meios) e não dá a capacitação necessária às unidades territoriais agora criadas.

Portugal precisa de uma "verdadeira" descentralização. De uma descentralização que não represente mais custos mas mais e melhor gestão de recursos. De uma descentralização que represente uma forma mais eficaz e mais solidária de "governança" dos nossos territórios.

Portugal precisa agora, mais do que nunca, da regionalização. A regionalização faz parte das mais profundas convicções do PS. A regionalização fez sempre parte do projecto que o PS defende para Portugal. Não deixemos que a direita manipule, no discurso e na acção, este nosso projecto nem que abale as nossas convicções. Temos pois a responsabilidade de a colocar de novo na agenda política nacional.

As próximas legislaturas europeia e nacional serão marcadas, pois, por uma viragem na política regional.

São os socialistas que estão em melhores condições de na Europa como em Portugal defender um política regional que promova a competitividade, a inovação e o conhecimento sem deixar de salvaguardar a coesão económica, social e territorial entre regiões.



MIGUEL FREITAS

Presidente do PS/Algarve

Opinião

REFER NO JAMOR

NEGÓCIO FORA DE CARRIS

O Governo tem que esclarecer se vão ou não ser construídas oficinas da Rede Ferroviária (Refer) no complexo desportivo do Jamor. Esta a exigência feita num requerimento subscrito por três deputados socialistas e que surge depois de o ministro José Luís Arnaut ter desmentido tal operação, tendo em conta cartas do Instituto do Desporto de Portugal, nas quais se pedem informações sobre a compatibilidade entre o projecto e o PDM (Plano Director Municipal) de Oeiras.

Assim, José Lello, Laurentino Dias e Fernando Cabral citam mesmo uma notícia do semanário "Expresso", na qual se faz referência a uma carta do presidente do IDP (entidade que tem a responsabilidade da preservação do Jamor), a pedir os ditos esclarecimentos "de modo a instruir o processo junto da Direcção-Geral do Património".

O documento, com data de 12 de Março, exige algumas respostas aos ministros-adjunto do primeiro-ministro e das Cidades,



Ambiente e Ordenamento do Território e Obras Públicas.

A transferência das instalações da Refer, actualmente na Fundação de Oeiras, para junto das piscinas do complexo do Jamor foi referida pela Comunicação Social no início deste ano, mas desmentidas depois pela tutela do sector.

Segundo as notícias divulgadas, no lugar deixado pela Refer (na Fundação) seria construído um empreendimento imobiliário.

No requerimento, intitulado "Um Negócio

de Muitos Milhões" e "Negócio Fora dos Carris", os deputados do PS questionam se, apesar dos desmentidos, este não foi um processo que teve "o apoio (senão o patrocínio) do Governo, do Instituto do Desporto de Portugal e da Câmara Municipal de Oeiras".

Esta é a segunda tentativa do PS para obter esclarecimentos. A primeira, a pedido de audição na Comissão Parlamentar de Educação Ciência e Cultura, do ministro-adjunto foi impedida pelos votos contrários da maioria parlamentar.

SERRA DA ESTRELA

FALTAM EXPLICAÇÕES SOBRE PLANO DE EMERGÊNCIA

Os deputados do PS eleitos pelo Círculo da Guarda solicitaram ao ministro da Administração Interna informações sobre a execução do Plano Especial de Emergência para a Serra da Estrela (PEESE) apresentado em 2002, que recebeu parecer favorável dos Governos Cívicos de Guarda e Castelo Branco.

Em requerimento entregue na Assembleia da República, Fernando Cabral e Pina Moura frisam que até 2002 existiam dois

Planos de Emergência para situações invernosas, mas que a partir do final daquele ano foi elaborado um único plano que, segundo o texto então distribuído, "deveria ser activado sempre que existisse a necessidade de resgate de pessoas e outras situações concretas".

Os deputados socialistas referem-se aos cerca de dez mil hectares de floresta ardidos em fogos florestais no último Verão na área do Parque Natural da Serra da Estrela e ao

facto de na recente época de Carnaval e nos últimos fins-de-semana, devido à queda de neve, "o pandemónio rodoviário" ter sido "uma constante, pondo em perigo vidas humanas e bens materiais".

Pina Moura e Fernando Cabral querem, por isso, saber se o PEESE já foi aprovado pela Comissão Nacional de Protecção Civil, em que data e caso ainda não tenha sido aprovado, quais as razões porque o não foi.

VIOLÊNCIA NOS ESTÁDIOS

PS EXIGE TOMADA DE POSIÇÃO DE DURÃO BARROSO

É inaceitável que em prol da coesão de uma coligação de conveniência, responsáveis governativos respondam com silêncio perante fenómenos de violência no desporto, alegando desconhecimento e tentando pacificar a avaliação de comportamentos agressivos que denigram a imagem do nosso país. Assim, António Galambá insta o primeiro-ministro "a pronunciar-se sobre os acontecimentos protagonizados pelo presidente da Câmara Municipal, Avelino Ferreira Torres, no estádio com o seu nome, e a explicar se pensa que estes

concorrem para a boa organização do Euro-2004 e para a afirmação internacional do bom nome de Portugal. "Considera ser um bom exemplo para os espectadores dos fenómenos desportivos, em geral, e para os jovens, em particular, a imagem de um dirigente desportivo que num recinto desportivo incita à violência e pontapeia equipamentos do recinto em fúria contra a arbitragem?", pergunta o deputado socialista a Durão Barroso, em requerimento entregue no Parlamento, no passado dia 2.

A propósito do mesmo incidente, Miguel Coelho questionou os titulares das pastas do Desporto e da Administração Interna sobre os procedimentos o Governo pretende adoptar para que este mesmo cidadão não reincida neste tipo de atitudes e sobre as instruções que serão dadas às forças de segurança para impedir invasões aos campos de futebol. "Foi alguma vez dada, durante a ocorrência dos incidentes, voz de prisão ao invasor do campo de futebol de Marco de Canaveses?", inquiriu, ainda, o deputado socialista.

CARLOS LUÍS QUER AJUDA PARA PORTUGUESES EXPLORADOS NA HOLANDA

A ausência de recursos financeiros e humanos na Embaixada e no Consulado de Portugal na Holanda para acudir às situações de muitas centenas de portugueses que assinaram contratos com empresas sem escrúpulos, esteve na origem de um requerimento apresentado pelo deputado socialista Carlos Luís.

No documento, em que manifesta a sua

indignação perante este quadro que encontrou recentemente na Holanda, o deputado socialista sublinha que mais uma vez tem sido o movimento associativo que de uma forma geral "se tem substituído ao próprio Estado, minorando o sofrimento, a angústia e o desespero de muitos cidadãos", acrescentando que "a não substituição do técnico de serviço social

no Consulado de Portugal em Roterdão tem agudizado ainda mais esta situação". Neste contexto, Carlos Luís pergunta à ministra dos Negócios Estrangeiros como pensa colmatar esta situação e quer saber para quando está previsto o recrutamento de um técnico de Serviço Social para ocupar o lugar vago no Consulado-Geral de Portugal em Roterdão.

ENSINO SECUNDÁRIO: QUE “REVISÃO”?

A “revisão curricular do ensino secundário” da autoria do Governo do PSD/PP entrará em vigor no próximo ano lectivo, 2004/2005.

Tal “revisão” suscita críticas e interrogações, por cinco razões principais.

1. A primeira razão é a seguinte: está actualmente em discussão na Assembleia da República um projecto de Lei de Bases da Educação. Da autoria do actual Governo, tal proposta prevê que **o ensino secundário passe a ter a duração de seis anos** (três anos do actual terceiro ciclo e três do actual ensino secundário) e **passe a ser obrigatório para todos os alunos até 2010**.

Ao ser aprovada tal decisão, terá lugar uma “reforma do novo ensino secundário”, nas palavras do ministro David Justino, na própria Assembleia da República. Então que sentido tem iniciar transformações curriculares em 2004/2005 para as “reformas” logo a seguir? Um absurdo... que trará mais instabilidade às escolas e impedirá que a revisão curricular dê quaisquer resultados positivos. É sinal de grande ignorância e até de algum desprezo pelas escolas e pelo seu trabalho passar o tempo a decretar alterações sem qualquer atenção às condições (materiais e pedagógicas) e ao tempo necessário para que qualquer transformação, por positiva que seja, se consolide e possa ser seriamente avaliada.

2. A segunda razão prende-se com o modo como o Governo actuou em relação à revisão curricular.

O Governo do PS tinha preparado, ao longo de cinco anos, através de um processo participado e fundamentado (com encontros entre escolas, conferências nacionais e internacionais e colaboração com associações científicas de docentes), um conjunto de alterações curriculares para o ensino secundário, consagradas no DL 7/2001. Tais alterações traduziam ainda as principais recomendações de instituições internacionais como a UNESCO e a União Europeia. Numa perspectiva de adequar a escola à diversidade dos seus públicos e à sociedade do conhecimento, assegurando a qualidade da aprendizagem, tais transformações visavam os seguintes objectivos: valorizar o ensino secundário, clarificando e diversificando as suas vias, reforçar a formação tecnológica e profissional e assegurar a qualidade e identidade da formação secundária que actualmente mais não é do que um “corredor” para o ensino superior.

Ora o actual Governo PSD/PP suspendeu o DL 7/2001 assim que entrou em funções (através do DL 156/2002) sem qualquer justificação quanto às orientações em causa, apenas com a bandeira “um novo governo, uma nova reforma”. Uns meses depois, publica um documento intitulado “Reforma do ensino secundário – linhas orientadoras da revisão curricular” que mais não é do que um “remake” empobrecido e remendado do DL 7/2001.

É grave que não haja nenhuma continuidade e que a politiquice substitua a política educativa responsável. Este modo de agir, contrário aos interesses educativos, desmoraliza os parceiros educativos e reforça a ideia de que “não se sabe o que se quer”... desprestigiando os responsáveis políticos.

3. A terceira razão tem a ver com o empobrecimento das medidas que agora chegarão às escolas secundárias.

Damos três exemplos de tal empobrecimento. **O primeiro exemplo** tem a ver com a diminuição do número de cursos gerais e tecnológicos e profissionais (que passam de 17 possíveis para apenas 10 possíveis nas escolas públicas), sem qualquer justificação;

E consensual, na sociedade portuguesa, que é preciso desenvolver as formações tecnológicas e profissionais dos jovens e que não devem ser apenas as escolas profissionais a assegurar tal função. Então por que razão desaparecem cursos tecnológicos com saídas asseguradas (como Química ou Mecânica)?

O segundo exemplo tem a ver com a área de projecto que desaparece do 10º e 11º anos e se mantém no 12º ano. Anula-se o objectivo de articulação de saberes disciplinares em torno de problemas do mundo real (actividade essencial na formação dos jovens para a vida) e torna-se esta área numa disciplina de preparação dos exames.

O terceiro exemplo tem a ver com a criação de desenhos curriculares “à la carte” nos cinco cursos gerais que provocarão enormes lacunas na formação dos jovens. Pode fazer-se o curso de Ciências e Tecnologias sem fazer Química ou Física, Biologia e Geologia. Pode fazer-se o curso de Línguas e Literaturas Modernas sem ter Literatura Portuguesa. Sem voltarmos ao caso da Filosofia da qual o Governo prescindia no 12º ano e integrou mais tarde, face às reacções públicas, sem que num caso e noutro se explicasse quais eram os critérios para

tomar essas opções.

Estes exemplos sublinham a falta de preocupação com a qualidade e a pertinência da formação dos jovens, numa atitude de curto prazo pouco informada e que não oferece qualquer confiança.

4. A quarta razão que causa enorme preocupação é a inexistência, até hoje, de formação de professores para os novos programas e novos desenhos curriculares, mais a mais quando aparece uma disciplina de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) que exige recursos materiais e práticas pedagógicas adequadas.

Está previsto, no actual ensino básico, que todos os alunos obtenham, até ao 9º ano, um certificado de competências em novas tecnologias; também não se vê a concretização de tal propósito, em vigor no DL 6/2001 e que este Governo esqueceu completamente.

Hoje, as TIC constituem um instrumento fundamental em todas as áreas e, portanto, de carácter transversal. Na procura de informação, na sistematização dos conhecimentos, na resolução de problemas, na elaboração de trabalhos, no estudo, as TIC são necessárias em todas as disciplinas. Por que razão só aparece no ensino secundário e como uma disciplina à parte?



Também não há qualquer estimativa de custos nem, sequer, de estratégias de implementação das alterações curriculares para 2004/2005. Pensará o governo que basta carregar num qualquer “botão” mágico para que as mudanças ocorram nas escolas?

5. A quinta razão, finalmente, diz respeito à ausência de uma concepção coerente de ensino secundário, capaz de articular a educação e a formação e de ter uma identidade e um valor próprios. As formações foram aparecendo fragmentadas e desligadas (agora os cursos gerais e tecnológicos, depois o ensino artístico, depois o profissional...) em documentos que se podem consultar no site do Ministério e... mais nada. Nem escolas secundárias, nem centros de formação de professores, nem instituições de ensino superior estão actualmente envolvidas e empenhadas nas transformações do próximo ano lectivo. Nem sequer a administração educativa, aliás. O Ministério tem lançado as medidas para o ensino secundário mais para a comunicação social do que para os parceiros educativos, de modo avulso e disperso, revelando a falta de visão de conjunto e numa ausência conflagradora de fundamentação científica e pedagógica do que se anuncia.

Além destas cinco razões, muitas outras há para que o futuro do ensino secundário nos preocupe.

Este ano lectivo chegaram às escolas secundárias 11 novos programas e disciplinas com novas designações e cargas horárias (que estavam consagradas no DL 7/2001 que o Governo suspendeu) e que foram “medidas a força”, por compromissos com os editores de manuais, no actual desenho curricular.

Sem qualquer avaliação, anuncia-se já que os programas serão revistos após o período mínimo obrigatório para a sua vigência.

Com a aprovação da Lei de Bases da Educação do PSD/PP novas reformas se seguirão no ensino secundário. Qualquer pessoa de bom senso pergunta: se suspenderam o trabalho feito anteriormente, sem qualquer avaliação, então porque querem agora uma reforma curricular em 2004/2005 para, logo a seguir, avançarem com uma outra, ainda desconhecida? Assim, é impossível construir um ensino de qualidade e a melhoria da aprendizagem torna-se uma miragem.

Vemos pois que os tempos são de remendos e que de remendo em remendo, chegaremos a um “fato” disforme que não servirá nem aos alunos, nem aos professores, nem ao País.

ANA BENAVENTE

SECRETÁRIA NACIONAL

A ADMINISTRAÇÃO E O CIDADÃO

A administração do Estado padece, ainda hoje, de algumas concepções filosóficas herdadas de um passado não tão distante como algumas vezes se pensa.

Há duas questões-base sobre as quais urge reflectir para se poder inverter a situação, sob pena de que qualquer reforma conduza a um inevitável fracasso:

O princípio de que todo e qualquer cidadão é, por definição, sujeito de desconfiança, e o princípio de que a administração existe para o exercício de uma autoridade que deve relegar para segundo plano os interesses, anseios e necessidades de qualquer cidadão individualmente considerado, ou de qualquer iniciativa de carácter individual ou colectivo.

Atentas estas duas questões fulcrais, a exigirem uma verdadeira "revolução cultural", as opções a prosseguir delinear-se-ão de uma forma mais simples e mais transparente. Não tenhamos a ilusão de que o caminho é curto e fácil. Mas urge trilhá-lo sem mais delongas, mas também sem precipitações que possam pôr tudo em causa. Caminhando no sentido da inversão daqueles conceitos, isto é, de que todo o cidadão é, à partida, digno de confiança, e de que a administração existe tão só para servir o cidadão, ter-se-á, então, de criar condições para que a máquina do Estado seja uma amiga que existe para facilitar a vida ao cidadão, mas que actuará inexoravelmente sempre que o cidadão transgrida e ponha ilegitimamente em causa o interesse colectivo.

Para que estes novos conceitos sejam efectivados, necessário se torna tomar medidas nos seguintes itens: desburocratização; descentralização; fiscalização; avaliação. Mas aqueles que querem aproveitar a necessidade urgente de uma verdadeira reforma do Estado para tudo privatizar e aqueles que defendem a aplicação a papel químico de todos os procedimentos da iniciativa privada à administração pública não estão, de uma forma consciente ou inconsciente, a colaborar na prossecução daquele desiderato, mas a criar um clima de agitação social e de confusão funcional.

Há regras de transparência de que a administração não deve nem pode abdicar. Dois exemplos de confusões indesejáveis para quem faz do progresso e da solidariedade sociais valores que devem iluminar nas boas escolhas políticas. O primeiro: não se deve confundir a necessária e salutar introdução do contrato individual de trabalho na administração pública com a forma como este Governo a efectiva, criando emprego mais precário e com menos garantias do que as existentes nas empresas privadas, uma lógica que fará do Estado um dos piores padrões portugueses.

O facto de ser sempre trazida à colacção, como um mau exemplo do funcionamento da máquina do Estado, a prestação dos cuidados de saúde, constitui um segundo exemplo, entre vários possíveis.

Atentemos nesta situação, deveras singular.

De todos os serviços colocados pela administração ao serviço dos cidadãos, a prestação de cuidados de saúde é o único sector em que Portugal integra o pelotão da frente do "ranking" mundial.

A evolução dos indicadores de saúde, em poucos anos, alcançou Portugal de nação terceiro-mundista a uma das mais evoluídas à escala mundial.

A esperança média de vida à nascença é hoje, em Portugal, superior à dos Estados Unidos e a mortalidade infantil é claramente inferior à daquele potentado mundial. Em comparação, a literacia - tal como a formação profissional e a produtividade - não acompanhou nem de perto nem de longe esta evolução, muito embora o Ministério da Educação seja mais caro do que o Ministério da Saúde. Isto não significa que a sanha privatizadora em relação à Saúde se deva transferir para a Educação, mas tão-só que se afigura despropositado que, tanto do ponto de vista económico como social, a política de saúde seja subordinada acriticamente aos custos suportados pelo Estado.

O estudo comparativo do funcionamento e dos resultados, entre o Hospital Amadora/Sintra e o Hospital Garcia da Orta, efectuado por uma equipa dirigida pelo prof. Correia de Campos, não permite sustentar que a gestão privada seja melhor do que a pública.

Carece, pois, de fundamento, perante resultados comprovados, a asserção de que a gestão privada seja mais competente do que a pública, num país em que os gestores e a produtividade são dos piores da União Europeia.

Um estudo publicado recentemente pelo prof. Manuel Villaverde Cabral demonstra, igualmente, que os cidadãos que utilizam os serviços públicos de saúde têm, sobre os mesmos, uma opinião mais favorável do que a opinião publicada.

A Saúde é um dos sectores em que todos os dias se ouvem e se ouvirão queixas de cidadãos.

Entre as centenas ou milhares de actos praticados diariamente haverá sempre algum que dará azo a reclamações, muitas vezes, aliás, sem qualquer fundamento. Mas isso não é maleita de que os cuidados de saúde sejam a única vítima.

Em cada minuto que passa muitas centenas de aeronaves cruzam os ares. A notícia só acontece quando algo corre mal com alguma delas.

Do mesmo modo, os cuidados de saúde não constituem notícia quando todos os dias, milhares de actos correm bem.

Mas há interesses privados - que seriam louváveis se concomitantes com os públicos - que diariamente promovem a manipulação da opinião pública, num sector a que os cidadãos são particularmente sensíveis.

Vem isto a propósito do argumento ideológico de que o Estado não está vocacionado para gerir determinados serviços e equipamentos, devendo, nesses casos, ser substituído pela iniciativa privada ou social podendo, ou não, consoante as situações, assumir uma posição de parceria.

Nestas circunstâncias, o Estado deve assumir uma função reguladora, de forma a ter sempre em linha de conta, em primeira mão, os interesses do cidadão utilizador e, em segundo lugar, a universalidade do acesso aos bens públicos e, concomitantemente, salvaguardando a livre e sã concorrência entre prestadores de serviços, sejam eles públicos ou privados.

E de novo aqui trago à colacção as questões relacionadas com a política de saúde. O diploma que cria a entidade reguladora da saúde é demonstrativo do que não deve ser feito, pois é o exemplo de como o Estado se demite das suas obrigações perante a comunidade, simulando, arditamente, que está empenhado em cumpri-las.

Outros sectores há em que o Estado nunca poderá alienar as suas funções de gestor e actor, sob pena das disfunções criadas em sujeição ao objectivo do lucro virem a pôr em causa, de forma extremamente grave, direitos constitucionalmente consagrados.

Para que uma verdadeira reforma seja feita, ela terá de ter o apoio dos cidadãos no seu conjunto, mas também dos funcionários públicos.

Uma reforma, seja ela qual for, não pode ser prosseguida contra os seus próprios agentes.

A reforma da administração tem de ser enquadrada pelos administrados.

Que se criem verdadeiros movimentos de opinião em torno desta questão crucial para o nosso desenvolvimento.

Que estes movimentos de opinião sejam constituídos por cidadãos agrupados em torno de interesses comuns e não de interesses corporativos - que são legítimos - mas que bastas vezes conflituam com o interesse colectivo.

Que nesse debate se inclua a questão do custo financeiro das diferentes propostas, parece de elemental bom senso. Mas, já agora, que se aprenda com o que se passou noutros países e se perceba que os aspectos a considerar, nem são apenas financeiros, nem são todos de curto prazo.

Quem garante que o sector privado é capaz de tais melhorias na gestão de serviços até agora públicos de forma a que, garantindo o lucro que é inerente à iniciativa privada, manter e ir melhorando, para voltar ao exemplo da saúde, os níveis de resultados de que beneficia toda a população?

O debate de que precisamos não pode ser unidireccional. Pela minha parte, gostaria que esclarecesse com todo o rigor possível que ineficiências e que custos de funcionamento derivam de bloqueios que não podem ser ultrapassados no quadro do sector público. Mas não gostaria menos que, no país em que a iniciativa privada dá, há tantos anos, tão maus exemplos na melhoria de produtividade empresarial, se discutirem, com detalhe, os motivos que levam alguns a acreditar tão firmemente que a privatização assegurará sempre melhores resultados - quer no plano económico, quer no plano social - do que uma gestão pública de melhor qualidade.

Todos reconhecem a necessidade imperiosa da reforma da máquina pública. Mas será que há *de facto* uma consciencialização do que significa, de como deve ser levada a cabo e, sobretudo, que prioridade de interesses deve garantir?

Que este modesto contributo possa servir para que o PS seja o agente dinamizador deste debate.



RUI CUNHA

Aqueles que querem aproveitar a necessidade urgente de uma verdadeira reforma do Estado para tudo privatizar e aqueles que defendem a aplicação a papel químico de todos os procedimentos da iniciativa privada à administração pública não estão, de uma forma consciente ou inconsciente, a colaborar na prossecução daquele desiderato, mas a criar um clima de agitação social e de confusão funcional.

PORTUGAL SOCIALISTA

INFORMAR PARTIDARIAMENTE

Esta rubrica designada "Correio dos Leitores" está aberta a todos os militantes que pretendam enviar-nos os seus pontos de vista sobre questões que considerem relevantes. A direcção do "Acção Socialista" reserva-se o direito de ajustar a dimensão dos textos em função do espaço disponível. Os endereços são: accaosocialista@ps.pt ou, por correio normal, para Partido Socialista, Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

SERÁ QUE OS FINIS JUSTIFICAM SEMPRE OS MEIOS?

O Governo, com a ajuda de uma certa comunicação social, pretende fazer passar a mensagem de que o facto de se prever para 2003 um défice na ordem dos 2,8 por cento constitui um resultado extraordinário, como se todos os problemas do país estivessem resolvidos. Tentam mostrar que, por arte, engenho e competência absoluta da sra. ministra das Finanças, se conseguiu algo que ninguém, dizem eles, pensaria poder ser possível. Inclusive, numa revista de referência, à ministra das Finanças foi atribuída a seta de sentido ascendente por ter garantido "uma meta que era, politicamente, fundamental para o país, além de obter uma importante vitória pessoal (...) independentemente das receitas extraordinárias e outros recursos contabilísticos". Ora, de facto, eu até concordaria com esta visão se partilhasse, como parece partilhar o autor de tal "classificação", da teoria de que "os fins justificam os meios". Porque se assim fosse, poderíamos até acabar com os acidentes nas estradas portuguesas se fosse proibida a circulação de automóveis ou com os incêndios se abatêssemos, na totalidade, a nossa floresta.

Imaginemos agora um casal comum português, que vive num apartamento comprado através de um empréstimo bancário a 30 anos. Suponhamos ainda que este casal tem dois filhos em idade escolar, que vive o seu dia-a-dia de forma controlada e estável, tendo mesmo a possibilidade de tirar 15 dias de férias por ano, nas praias do Sul do país. Consideremos que, por obsessão de um dos cônjuges, o casal definia como objectivo o défice zero, ou seja, decidia pagar, por exemplo, num prazo de dois anos a sua própria casa ao banco!

Para tal, no primeiro ano venderam o carro, a mobília da sala, o televisor e até as bicicletas com que os quatro membros da família, no Verão, faziam os seus passeios. Venderam o computador, as máquinas da louça e da roupa. Passaram a usar luz de vela e a tomar banho só ao fim-de-semana para cortar nas despesas correntes. Jantar fora deixou de poder acontecer e as férias habituais de há 15 anos até à data, pela primeira vez, não foram realizadas. Como as medidas não estavam a ser suficientes, no segundo ano os certificados de aforro que tinham sido adquiridos há duas décadas e que valiam já mais de 10.500 euros, foram vendidos ao vizinho da frente, um capitalista oportunista, por 5000 euros. As jóias de família, em ouro, foram entregues numa casa de penhores. O filho mais velho, que tinha um problema de asma, deixou de usar a bomba porque não havia de dinheiro para a comprar e o mais novo, com duas cáries dentárias, não foi ao dentista por falta de verba. Os filhos nunca mais foram ao cinema nem a visitas de estudo na escola e a mãe deixou de ir ao cabeleireiro e à esteticista. Carne só ao sábado e peixe ao domingo, de quinze em quinze dias. Nos outros dias pão e sopa, sem alho francês para não ser muito dispendiosa.

Na verdade, passados dois anos, o objectivo foi atingido. Conseguiram juntar todo o dinheiro para pagar a casa na totalidade. O défice, finalmente, chegou a "zero". Não devem nada a ninguém, nem mesmo ao banco. No entanto, a história está longe de ter um final feliz! O marido foi despedido porque demonstrava comportamentos agressivos e a esposa foi diagnosticada uma depressão nervosa. O casal acabou por se divorciar pela degradação do ambiente familiar, o filho mais velho agravou uma asma crónica e o mais novo, farto de viver numa casa como a dele, começou a consumir drogas pesadas. Não terminou a escolaridade obrigatória e foi preso, mais tarde, por assaltos à mão armada.

Será que os objectivos que são traçados por alguém legitimam, por si só, qualquer medida? Será que em nome de tais objectivos, são legítimas determinadas medidas? Será que os fins justificaram sempre os meios?

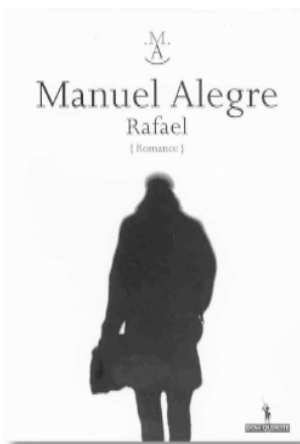
Luis Miguel Ferreira
S. João da Madeira

SOCIALISTAS EM PESO NO LANÇAMENTO DA ÚLTIMA OBRA DE MANUEL ALEGRE

Jorge Sampaio, Mário Soares, Ferro Rodrigues e Almeida Santos Rodrigues foram alguns dos muitos amigos, camaradas e admiradores da obra literária de Manuel Alegre que estiveram presentes na sessão de lançamento do seu último romance, intitulado "Rafael", que teve lugar na biblioteca do Palácio Galveias, em Lisboa.

"Rafael" é um romance autobiográfico em que Manuel Alegre evoca sobretudo os anos de exílio em Argel. O nome do protagonista, revelou o autor, foi inspirado no marinheiro português que surge na "Utopia", de Thomas More.

"Rafael sou eu e são muitos. Muitos que aqui estão e muitos que já cá não estão", declarou o deputado socialista na apresentação da sua mais recente obra.



PORTUGAL E A PROIBIÇÃO DO VÉU ISLÂMICO EM FRANÇA



RICARDO GONÇALVES
DEPUTADO DO PS À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA ELEITO PELO CÍRCULO DE BRAGA

A Assembleia Nacional francesa aprovou a proibição do uso de símbolos religiosos ostensivos em determinadas repartições públicas com destaque para as escolas públicas.

Esta votação foi quase esmagadora com deputados da direita e da esquerda a votarem do mesmo lado, o que deixou muita gente que não conhece a realidade e a história francesa muito surpresa.

Esta votação foi precedida de um profundo estudo por um "conselho de sábios" nomeados para o efeito que depois de uma análise profunda se inclinou para a recomendação da proibição dos símbolos religiosos nos referidos locais. Sendo esta medida de grande impacto para os muçulmanos que, ainda hoje, não distinguem bem a religião da política, o que os cristãos já

fazem há algum tempo.

Todos os intervenientes nesta decisão levaram em consideração vários pontos, nomeadamente que é fundamental para o reforço da comunidade francesa como nação que a escola se imponha como espaço de laicismo e da igualdade de oportunidades, ponto de encontro para a criação da identidade do cidadão francês, sem esta base comum não há comunidade. Pode-se neste caso perguntar se estes valores na área da relação com a religião são da nação francesa, são europeus ou são universais? Porque é que quase só a França é que toma estas medidas? Estas perguntas são importantes porque a França desde a Revolução Francesa no séc. XVIII se intitula a grande portadora dos valores universais.

É importante realçar que não é a razão única da religião que levou a esta decisão, mas também a luta contra a submissão e a dominação total da mulher muçulmana por parte do homem.

Com situações que para o nosso "modus vivendi" são autênticas aberrações como sejam a proibição que os homens em particular e a sociedade árabe e islâmica em geral exerce sobre a mulher para não poderem ir a médicos homens, ou de tratarem de qualquer problema mais íntimo sem serem acompanhadas pelos homens da família.

Transformando-se estas comunidades muçulmanas essencialmente descendentes do Magrebe, que hoje em França representam cerca de cinco milhões de pessoas, em que a maioria já nasceram em França, num caso de estudo e de acesa polémica.

Era bom para a França e para o mundo que esta decisão tivesse sucesso e que realmente a base em que assenta a interligação de uma nação, possa ser universal e sirva como fundamento do convívio entre as pessoas e as comunidades, já que sem um espaço de valores e de princípios comuns dificilmente conseguiremos viver em sociedade e melhorar a nossa civilização.

Para já em Portugal este problema não se coloca, mas é importante que aprendamos com a nossa história e com aquilo que os outros vão fazendo neste campo.

As experiências de Portugal, neste campo, foram traumáticas, tanto no séc. XIX, no tempo da implantação do liberalismo, como na sequência do 5 de Outubro de 1910 com a implantação da República, a relação do Estado com a Igreja foi tumultuosa e radical com acusações mútuas.

Levando a Igreja Católica a reorganizar-se e a contra-atacar o Estado utilizando para tal o enorme poder que detinha junto das populações, fruto do poder do transcendente que dizem representar e de muitos séculos a divulgar a sua doutrina.

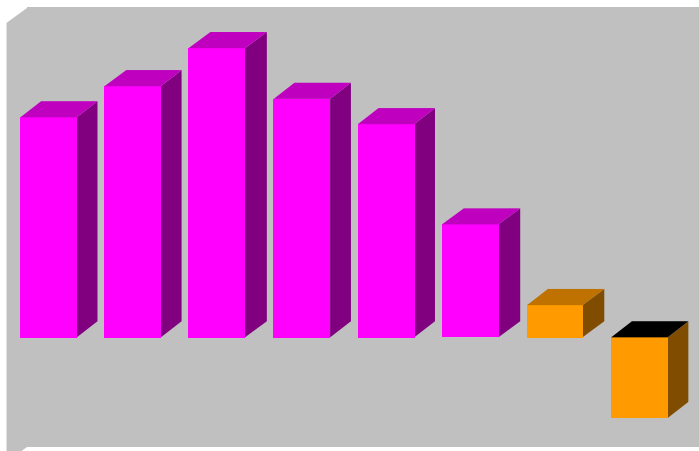
Assim, ambos os regimes na luta com a Igreja acabaram por perder no essencial.

Só o 25 de Abril de 1974 conseguiu, aproveitando com estas experiências, uma relação evolutiva com a Igreja, o que ajudou à implantação gradual do laicismo, única forma de, em liberdade, conseguir ir separando o que é do Estado do que é da Igreja.

E é pensando nestas experiências portuguesas, que é preocupante o que pode acontecer em França, pois tanto pode levar a que as jovens muçulmanas deixem de frequentar escolas públicas, e passem a frequentar as escolas acopladas às mesquitas, transformando-se estas, cada vez mais, em centros de recrutamento de radicais islâmicos, para a luta contra a civilização laica ocidental. Isto é que o Estado francês ou qualquer outro Estado, que queira ter esperança no futuro, não pode permitir. Ou pode, na melhor das hipóteses, esta lei dar o argumento que as raparigas das famílias islâmicas precisam para deixar o véu em casa e despojadas desse símbolo lutar pela sua emancipação e afirmação na sociedade livre francesa.

A ver vamos, era bom que tudo corresse bem, para exemplo futuro, esperemos que Deus ajude nesta evolução complexa, era bom para quase todos, inclusive para Ele.

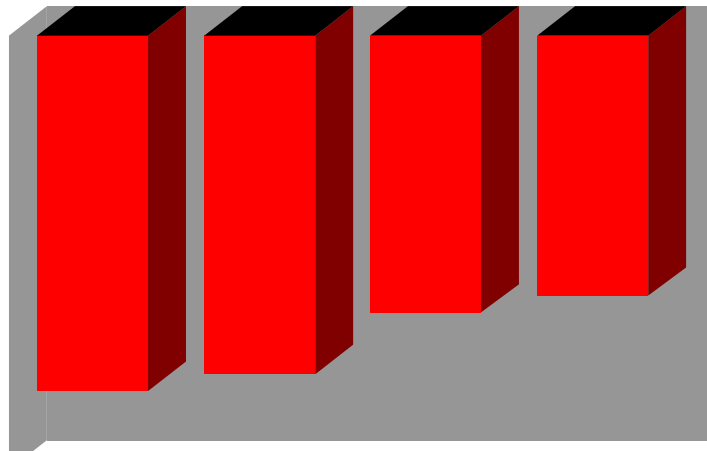
A VERDADE VEM SEMPRE AO DE CIMA



Basta olhar para a série dos crescimentos económicos anuais entre 1996 e 2003 para compreender claramente que com o Governo socialista, mais interessado nas pessoas do que nas contabilidades, a economia crescia e o bem-estar aumentava.

Foi preciso chegar a dupla Durão Barroso/Ferreira Leite para que o País não só comecasse a divergir da UE, como até entrasse em recessão.

Em 2003 o PIB não cresceu, caiu. Caiu 1,3 por cento.



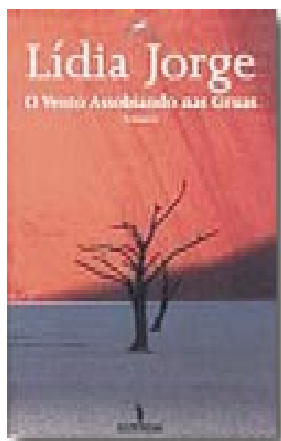
Ao contrário do que a dra. Ferreira Leite matraqueia, a “obsessão” em cumprir “aparentemente” a regra dos 3 por cento do défice, mesmo quando a economia está em crise, não é uma preocupação dos países mais desenvolvidos da Europa. Aliás, em toda a UE, a política financeira portuguesa é apresentada como exemplo **daquilo que não se deve fazer**, sob pena de agravar a recessão.

Os 3 por cento não podem ser uma vaca sagrada!

SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

LÍDIA JORGE: MAIS UM PRÉMIO PARA *O VENTO ASSOBIANDO NAS GRUAS*



O vento assobiando nas gruas é o insólito título do último romance da consagrada Lídia Jorge, publicado há já mais de um ano, nos finais de 2002, e com o qual a autora arrecadou uma série de merecidos prémios, o mais recente dos quais, o prémio *Correntes d' Escritas*. Aproveito para lembrar que este é um prémio instituído pela Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, no âmbito da louvável iniciativa anual chamada *Correntes d' Escritas – Encontro de Escritores de Expressão Ibérica* que, de há cinco anos a esta parte, o pelouro da cultura da referida Câmara tem a capacidade e a coragem de organizar, conseguindo congrega durante uma semana, naquela cidade nortenha, várias dezenas de escritores provenientes de vários continentes em várias dezenas de actividades de natureza muito diversa.

Ora, o romance de Lídia Jorge, que eu já tive ocasião de recomendar nesta coluna como leitura de Verão, venceu o prémio em questão, entre cerca das 70 obras de ficção a concurso, provenientes dos mais diversos países de expressão ibérica, o que me faz voltar a insistir na sugestão da sua leitura com um pouco mais de detalhe.

Trata-se de um longo romance de mais de 500 páginas, de uma excepcional qualidade, manifestada na mestria da construção narrativa, da criação de ambientes, do desenho de personagens, do entrelaçamento de temáticas intimistas com temáticas sociais que guinda definitivamente Lídia Jorge a um lugar cimeiro não apenas da narrativa de língua portuguesa mas da narrativa de expressão ibérica, no caso, e eu diria da narrativa contemporânea, sem mais restrições.

Nele se desenha um vasto fresco sobre o Portugal contemporâneo através da história que une na diferença dois jovens oriundos de universos aparentemente irreconciliáveis: uma jovem diferente, porque oligofrénica, da alta burguesia algarvia e um jovem diferente pela cor, de origem cabo-verdiana, que trabalha com gruas. Procede Lídia Jorge no romance a uma reavaliação de temas que lhe são caros como o confronto entre mundos e ordens diversas, o universo das margens, o mistério, a violência do poder e da ambição, tudo isso caldeado numa história de família e numa história de amor.

Este é um livro sobre a(s) diferença(s) sociais, ráticas, culturais e consequentemente sobre a(s) identidade(s), mas é também um livro sobre o poder criador da linguagem, da palavra (e da sua privação) na auto-configuração do sujeito. É um romance que nos confronta com um novo Portugal multicultural, onde a diferença emergente é perturbadora da(s) velha(s) orden(s), no seio do qual decorre uma belíssima história de amor de alguém – Milena, uma oligofrénica como se disse – que, no contacto com a diferença social e cultural, se torna capaz de assumir a sua própria diferença individual e de aceder ao amor. Porque o romance de Lídia Jorge é também uma belíssima história de um amor singular, nascido “no lugar inhóspito das bermas”, no lugar perigoso das “gruas” onde um vento que ameaça de morte “assobia”. Romance cruel e lírico este, onde se cruzam interrogações sobre as identidades sociais e ráticas e sobre as fronteiras da normalidade com um cântico ao poder do amor para transpor fronteiras.

Insisto, leitura longa, mas a não perder e que ajuda a pensar o Portugal de hoje.

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

w w w . p s . p t / a c c a o